

O ‘KIT’ QUE NÃO FOI: DEBATES E CONTROVÉRSIAS SOBRE A TENTATIVA DE DIVULGAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO ANTI-HOMOFOBIA ELABORADO PELO GOVERNO FEDERAL, 2011-2012.

Priscielli do Carmo Rozo Cerdeira da Rosa¹

José Augusto Leandro²

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui empreendida diz respeito a um tema que revela o protagonismo de novos atores sociais – pelo menos presentes no palco das contestações políticas e culturais da sociedade ocidental desde a década de 1960. Esses ‘novos atores’, que emergiram a partir de questões vinculadas à sexualidade, também podem ser vistos, de certa forma, como excluídos da história. Eles estão, de alguma forma, próximos e distantes dos personagens que Michele Perrot (1988) buscou entender ao propor olhar o cotidiano de operários, mulheres e prisioneiros. Distantes porque, afinal, estamos no século XXI e muita coisa mudou; e próximos porque, ainda, algumas questões os unem e, entre elas a que aqui é discutida é a questão da existência de uma cidadania incompleta para o grupo LGBT³. Para discorrer sobre os ‘outros’, buscamos pensá-los como cidadãos. Mas, a cidadania cabe a todos?

Podemos dizer que até hoje a cidadania é restritiva. Desde seu surgimento, sempre fora destinada a uma pequena parcela da população, geralmente, a pessoas de classes sociais altas, ou letradas, ou com grande poder político. Muitos anos se passaram e o conceito de cidadania permanece ambivalente; os progressos são inegáveis, mas foram – e ainda são – lentos e apontam o caminho que ainda falta percorrer.

Para conseguirmos discorrer sobre a cidadania, utilizaremos como referência o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho (2010), que distingue a lógica evolutiva social no percurso da história brasileira. O autor aponta que, segundo “T. A. Marshall⁴, a cidadania se desenvolveu na Inglaterra, com muita lentidão” (CARVALHO, 2010, p.10). Mas os caminhos que nos levam a entender a dimensão da cidadania caracterizam-se por apresentarem desvios e retrocessos. O percurso proposto por T. A. Marshall foi apenas um entre outros. Desta forma, cada país seguiu seu próprio percurso e o Brasil não foi exceção; entretanto, a lógica evolutiva deu-se de forma contrária ao modelo inglês.

Segundo Carvalho (2010, p.12), “a construção da cidadania tem a ver

1 Graduada em Licenciatura em História pela UEPG. E-mail: prih_r@hotmail.com

2 Orientador. Doutor em História (UFSC). Professor do Depto. de História e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UEPG).

3 Simbolismo das siglas: existem pelo menos sete siglas de designação dos grupos homossexuais: GL (gays, lésbicas), GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), LGBTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) e LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

4 Para Marshall primeiramente vieram os direitos civis, no século XVIII. Depois, no século XIX, surgiram os direitos políticos. Finalmente os direitos sociais foram conquistados no século XX. Para ele trata-se de uma seqüência cronológica e lógica. “O surgimento seqüencial dos direitos sugere que a própria idéia de direitos, e, portanto, a própria cidadania, é um fenômeno histórico” (2010, p.11).

Resumo: Tomando como fonte de análise artigos e ensaios publicados na mídia virtual sobre o material didático - ‘Kit’ - de combate à homofobia nas escolas, buscamos problematizar alguns aspectos presentes no discurso de indivíduos e atores sociais diversos que se posicionaram (favoráveis ou não) sobre a tentativa do Governo Federal em distribuir tal material nas escolas do Ensino Fundamental e Médio de rede pública. A análise voltou-se para o entendimento de determinados aspectos em torno da luta pela cidadania LGBT, e também buscamos verificar quais aspectos ainda se fazem presentes na construção do estigma e da discriminação de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Em linhas gerais, procuro nessa pesquisa refletir sobre os limites da cidadania homossexual.

com a relação das pessoas com o Estado e com a nação". Sendo assim, as pessoas se intitulavam cidadãs a partir do momento em que começavam a sentir-se pertencendo a uma nação. Nesta perspectiva, ao discutir sobre cidadania, entendemos que esse tema está vinculado diretamente com a relação que este faz com o estado e sua a construção histórica e cultural, tendo como ponto central a luta entre os poderes políticos e sociais, atrelado a mudança recente sobre o problema da cidadania. Sendo assim, falar em cidadania é falar também dos conflitos que movem as ações humanas nesse campo de disputas e de relações de poder. Assim, ser gay, lésbica, transexual ou transgênero de nacionalidade brasileira infelizmente não significa ser um cidadão brasileiro pleno, na medida em que alguns direitos para esses grupos não são amparados pelo Estado Nacional.

No Brasil, a palavra cidadania só se fez valer, de certa forma, após a ditadura militar; ela caiu na boca do povo e "virou gente" (CARVALHO, 2010, p. 7). Todavia, os direitos da Constituição de 1988 não garantem automaticamente o gozo de muitos desses direitos ali presentes, principalmente do grupo das minorias – aqui nos endereçamos aos homossexuais, esses que sofrem pela falta de uma legislação plena que assegure seus direitos.

Desde o início da década de 1970, assistimos, no Brasil, um fortalecimento da luta pelos direitos humanos: feministas, movimento negro e grupos homossexuais saem às ruas exigindo que suas demandas específicas fossem levadas em consideração. Primeiramente, podemos apontar a revolução dos costumes nos anos 60, e mesmo antes dela, a Geração Beat nos EUA já trazia inovações em relação à sexualidade. Em 1969 acontece o conflito violento de Stonewall, que forneceu motivação para que o movimento homossexual se tornasse mais coeso.

Pensando nas transformações em torno da filosofia do período, a década de 1960 foi multifacetada, assim como aponta Pedro Duarte de Andrade:

Sonho e pesadelo, esperança e medo, liberdade e repressão, arte e guerra, política e ditadura, passado e futuro, utopia e realidade, acolhimento e intolerância. Como os atores sociais que se colocabam de cada um desses lados nem sempre eram os mesmos, dependendo da questão em pauta, a época foi não apenas multifacetada, mas por vezes contraditória. E, sobretudo, foi cheia de transformações, que não ficaram restritas a um só país, mas avançaram sobre o mundo ocidental, em ritmos va-

riados dependendo do lugar. Se os anos 1960 não conheciam a globalização e a internet, tinham rádio, jornais ágeis e um mercado eficiente para distribuir produtos e livros, além da televisão, mais acanhada do que hoje, porém em franco crescimento. Tudo o que acontecia viajava e passava a ser conhecido por boa parte do mundo independentemente da localização geográfica, ainda mais se compararmos com a situação da primeira metade do século XX (ANDRADE, 2012, p. 19).

Adentrando os anos 80, o movimento LGBT, que até então marchava em prol da dignidade e do respeito à diversidade, viu-se num período em que se alavancou um determinado discurso violento e excluente: na contramão do movimento surgiu a equivocadamente denominada "peste gay". A AIDS, de certa forma, reforçou o recrudescimento da discriminação e da violência física contra esses indivíduos.

Com a explosão da AIDS, anúncios e discussões sobre a "cura" da homossexualidade começaram a se propagar, fazendo com que muitos assumissem uma postura "anti-gay". Porém, ao mesmo tempo em que os preconceitos foram reascendidos, novas formas de organização social por parte do movimento homossexual designavam as primeiras respostas a essa epidemia. Isto culminou na mudança brusca para os anos 90, década em que o Conselho Federal de Psicologia determinou que nenhum profissional poderia exercer "ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas". Entretanto, mesmo com a retirada da homossexualidade do hall das doenças, até hoje percebemos que esse assunto está inacabado – e volta a ser discutido.

No Brasil, o surgimento de políticas públicas de inclusão foi tardio. Apenas no final dos anos 90 notamos o surgimento de programas voltados às minorias, tendo como intuito reverter às exclusões sociais. Dentre todos os programas criados pelo Governo Federal, talvez um dos maiores projetos tenha sido o Programa de Combate a Violência e a Discriminação contra GLTB e da Promoção da Cidadania de Homossexuais, mais conhecido como 'Brasil sem Homofobia' (2004). Esse projeto surge como uma das bases fundamentais para o fortalecimento do exercício da cidadania no Brasil, visto que o mesmo reconhece a trajetória de milhares de indivíduos que desde os anos 80 vêm se dedicando à luta pela garantia dos direitos humanos de homossexuais.

A partir de então, inúmeros projetos come-

çaram a ser esboçados e discutidos. Através do Governo Federal com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), surgiu a tentativa de divulgação do projeto ‘Escola Sem Homofobia’ e com ele, a proposta de implementação dentro das escolas do ‘Kit de combate à homofobia’. Esse projeto foi elaborado como proposta a reeducação sexual nas escolas de ensino fundamental e médio, no intuito de promover idéias relativas à igualdade de direitos; no caso específico, o material didático produzido buscou trazer à tona discussões sobre grupos profundamente estigmatizados na sociedade.

A divulgação desse material didático gerou revolta em determinados setores conservadores da sociedade brasileira, que defendiam o veto do ‘Kit’ por se tratar, na visão destes grupos, de um incentivo para a homossexualidade.

O fracasso em colocar em circulação o ‘Kit’ nas escolas brasileiras foi marcante, se configurando como um forte indício de que parte da sociedade ainda vê a homossexualidade como algo anormal. Podemos assim, refletir no que diz respeito aos sentimentos de medo, negação e preconceito, que surgiram como respostas sociais sobre a questão da homossexualidade nas escolas – uma vez que o ‘Kit’ foi silenciado.

A noção de estigma, neste projeto, tem base em Erving Goffman. Este afirma ser o estigma “um atributo profundamente depreciativo”, que implica em uma identidade deteriorada para o indivíduo estigmatizado que passa a ser socialmente desacreditado (Goffman, 1988, p. 13). Ainda segundo o autor, entre os três grupos de estigmatizados possíveis (por deformações físicas, por desvios de caráter e por questões tribais/étnicas ou de religião), os homossexuais incluem-se entre os “desviantes” de “caráter”, junto aos que possuem vícios socialmente condenados e também ao lado dos que possuem desordens mentais.

Parker e Aggleton (2001) enfatizam que a marca do estigma é dada pela sociedade, que por meio de regras, constitui a diferença como um desvio. Dessa forma, os autores reforçam o fato de que a questão da estigmatização é culturalmente construída com moldes nas relações de poder.

Para conseguirmos analisar o debate (inde-

pendente se favorável ou não) sobre o ‘Kit’, utilizaremos como fonte de análise de artigos e ensaios publicados em mídia virtual. Desta maneira, destacamos os jornais virtuais mais acessados nas cinco regiões do país, são eles: o Diário Online do Pará, correspondente da região Norte; Folha de Pernambuco, representando o Nordeste; o Correio Brasiliense, do Centro-Oeste; a Folha de São Paulo, do Sudeste; e Zero Hora, do Sul.

Assim, recorremos ao método aplicado por Bardin (2011), no que diz respeito à análise de conteúdo enquanto um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

Partimos do pressuposto de que a repercussão relativa ao ‘Kit’ propicia um bom momento para o historiador refletir a questão da história imediata, tendo o debate sobre a construção da cidadania LGBT como tema geral, uma vez que é a discussão – inacabada – sobre os direitos da comunidade LGBT que importa na análise.

No momento em que redijo, noto uma ambivalência no cenário brasileiro. Ao mesmo tempo em que todos os cartórios brasileiros são obrigados a realizar casamentos homoafetivos, na Comissão dos Direitos Humanos e Minorias (CDHM) é confirmada a eleição de um presidente que demonstra posturas homofóbicas, como Marco Feliciano (PSC-SP), que traz de volta para o debate questões como a proposta de ‘cura gay’.

Escrever sobre a história do tempo presente, ou melhor, do imediato reforça-nos a pensar que a história não é somente aquela presa a um passado longínquo, como também, aquela que nos permite tratar de fatos do agora; aqueles ainda inacabados e que por vezes passam despercebidos a “olho nu”. Essa Nova História⁵, herdeira dos Annales, vem sendo discutida recentemente, por alguns teóricos desde os fins dos anos 70 (CHAUVEAU; TÉTART, 1999, p.8). Foi a partir desse momento que a história do tempo presente se fixou em espaço contemporâneo, desencadeando numa percepção renovada da história.

Trabalhar com a história do imediato é, antes de tudo, observar a história através da atual situação do seu objeto, na tentativa de conseguir observá-lo e analisá-lo na íntegra – mesmo que

5 Corrente historiográfica que corresponde a terceira geração dos Annales, nasceu da necessidade de trabalhar uma história presente nas entrelinhas. Baseia-se na construção de outra concepção de história e de seu tempo, sendo que todos os meios são utilizados para combater as lacunas e silêncios das fontes.

por vezes nos percamos em meio a inúmeros diálogos a respeito. Para tanto, é preciso pautar-se nas potencialidades da mídia, estando atenta, por outro lado, nos limites impostos pelas fontes, para dela extrair as informações e assim, formar interpretações.

Apesar de a história do tempo presente e do imediato não poderem se limitar apenas a aspectos políticos, é, sobretudo a eles que endereçamos nossa análise. Concorda-se aqui com Chauveau e Tétart (1999, p. 14) quando afirmam que “qualquer obra sobre o político e a história política não pode trazer senão respostas parciais”. Mesmo diante de certas limitações, nem por isso a pesquisa empreendida deixará de possuir um caráter de pesquisa histórica.

No primeiro capítulo trazemos à tona algumas discussões sobre cidadania no Brasil, discutindo o contexto político brasileiro a partir da década de 1960; neste mesmo capítulo aponto a emergência de movimentos sociais, momento em que grupos LGBT começam a adquirir maior visibilidade, lutando pela garantia de seus direitos. Perpasso pelo surgimento dos grupos de militância homossexual, o aparecimento da epidemia da AIDS e os estereótipos lançados aos ditos ‘desviantes’. Evidencio que por mais que a comunidade LGBT tenha conseguido notáveis avanços, a sociedade conservadora e tradicionalista ainda não deixou de ver os homossexuais a partir de estereótipos. Esboço também o surgimento de programas, leis e projetos que representam avanços significativos para a construção da cidadania LGBT.

Por fim, no segundo e último capítulo discorro sobre o ‘Kit de combate à homofobia’, material didático elaborado para discutir a questão da homofobia dentro do espaço escolar, com vistas a minimizar/desconstruir preconceitos. Trabalhamos com as matérias dos jornais virtuais, nos anos de 2011 e início de 2013, apontando os atores sociais favoráveis e desfavoráveis ao ‘Kit de combate à homofobia’, de sua tentativa de aplicação até o seu fracasso, esse último, fator de extrema importância e demarcador central dessa pesquisa. Para a análise das fontes, o método da análise de conteúdo proposto por Laurence Bardin (2011), a fim de compreender o meio de comunicação estudado, foi instigante. Porém, mais do que aprofundar o significado do conteúdo em si, o capítulo

buscou revelar em torno de que temas gerais foram produzidas as matérias publicadas na mídia. Assim, categorizamos as matérias publicadas, realizando, dessa feita, uma pré-análise de conteúdo nos termos de Bardin:

A pré-análise é a fase de organização propriamente dita. Corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar a operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise. (BARDIN, 2011, p.125).

De tal modo, com esse estudo pretendo contribuir, de alguma forma, para a ampliação do debate sobre a cidadania LGBT.

ENTRE AVANÇOS E RETROCESSOS: CIDADANIA E ALGUMAS QUESTÕES DO MOVIMENTO LGBT.

Início esse capítulo com uma indagação. O que é cidadania⁶? Em tese, podemos dizer que ela é o conjunto de direitos e deveres dos indivíduos em relação à sociedade em que se vive. Mas seu conceito abrange muito mais que isso: ela é, ou deveria ser, um ato de democracia. “Contudo, a cidadania não nos é dada, ela é construída e conquistada a partir da nossa capacidade de organização, participação e intervenção social.” (O QUE É CIDADANIA, 2013)

Historicamente, a cidadania que se originou em berço grego é arquitetada pelo conceito de exclusão. Apenas eram considerados cidadãos aqueles que estivessem em condições de opinar os rumos da sociedade, votando as leis que governavam a *polis*: ou seja, para atender a essas condições, o homem precisava ser livre. Isso evidencia que a cidadania era limitada a uma parcela social minoritária, visto que a cidadania não cabia às mulheres, aos escravos e aos estrangeiros.

O quadro dado à cidadania na Antiguidade implicava na exclusão, uma vez que prevalecia a desigualdade entre cidadãos e não-cidadãos, homens livres e escravos. Aos poucos, num processo marcado pela lentidão, esse quadro vai se revertendo, mas as exclusões se tornam grandes permanências.

As revoluções – Inglesa (séc. XVII), America-

6 O termo cidadania tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa “cidade”.

na e Francesa (séc. XVIII) – também promoveram transformações importantes para a cidadania, e a partir delas o homem começou a se firmar como sujeito de seus direitos. O conceito de cidadania que conhecemos hoje insere-se no contexto do surgimento e estruturação do Estado-nação⁷. Mais especificamente, quando passou a ser discutida uma política de inserção, definindo laços entre as pessoas com o Estado. Sendo que, o Estado-Nação e o nacionalismo propiciaram a base da cidadania moderna. Deste modo, a cidadania que se desenvolveu dentro do Estado-nação, “tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado”. (CARVALHO, 2010, p.12).

O pioneiro a discutir o conceito de cidadania e suas dimensões foi T. H. Marshall (1967). De acordo com o sociólogo, primeiramente vieram os direitos civis, depois os direitos políticos e por fim os direitos sociais⁸; ambos se desenvolveram na Inglaterra.

Os direitos civis são aqueles que correspondem a fatores fundamentais à vida, essenciais para a liberdade individual, liberdade de expressão e de pensamento; geram a permanência de uma justiça acessível a todos. Assim sendo, esse direito deve garantir a vida em sociedade.

Por sua vez, os direitos políticos garantem a participação do cidadão na vida pública e o exercício do poder político; é a ele que corresponde o direito de participação do poder político, como eleitor ou eleito. Por fim, os direitos sociais garantem a participação em sociedade, baseiam-se na idéia de justiça social e permitem a redução das desigualdades e proporcionam bem-estar social a todos.

Cada país criou seu próprio modelo de construção da cidadania. No Brasil, a trajetória dos direitos seguiu a lógica inversa daquela descrita por T. H. Marshall. O cientista político José Murilo de Carvalho aponta:

Primeiro vieram os direitos sociais, implantados em período de supressão dos direitos políticos e de redução dos direitos civis por um ditador que se tornou popular. Depois vieram os direitos políticos (...). A expansão do direito do voto deu-se em outro período ditatorial, em que os órgãos de repressão política foram transformados em peça decorativa do regime (...). A pirâmide dos direitos foi colocada de cabeça para baixo (CARVALHO, 2010, p.219-20).

7 Nesse caso, a cidadania possui a categoria formal (primeira categoria da cidadania moderna), e pertence ao Estado-Nação. Ela se refere na maneira como a cidadania está descrita formalmente na lei, sendo assim, ela é a garantia que o indivíduo tem para lutar legalmente pelos seus direitos.

8 Referente à segunda categoria de cidadania moderna, que corresponde à posse de direitos civis, políticos e sociais.

Dessa forma, o desenrolar da cidadania no Brasil é cheio de idas e vindas, de avanços e retrocessos. E, neste caso, concordamos duplamente com o autor, pois ao olharmos para as questões de cidadania dos grupos LGBT, verifica-se que seus direitos civis ficaram relegados a um segundo plano. Ou melhor, terceiro plano, pois seus direitos sociais e políticos vieram antes, segundo a lógica de José Murilo de Carvalho. Tanto isso é verdade que a discussão dos direitos civis dos grupos LGBT emergiu ao longo da década de 1960 e 1970 (e não apenas no Brasil). Sobretudo questões de direitos civis ligadas à liberdade de escolha para constituição da família; questões de bens (aquisição e transmissão/sucessão/herança); e adoção de filhos, por exemplo, tornaram-se questões explícitas e demandas dos grupos LGBT, sobretudo no final do século XX. E continuam a ser importantes temas de debate nestas primeiras décadas do século XXI.

Aqui vamos discutir questões de cidadania tomando como corte a década de 1960, pois foi nessa época que os novos atores sociais que hoje constituem aquilo que designamos grupos LGBT expuseram sua sexualidade como algo normal para a sociedade. Antes, vejamos como estava o contexto político no Brasil naquele contexto.

A MÁQUINA DA REPRESSÃO.

Com o Golpe de 1964 e os militares no poder, estabeleceu-se no Brasil o período de maior repressão, violência e desaparecimento da liberdade de expressão. O regime ditatorial restringiu, através da violência, os direitos civis e políticos. “Dado o golpe, os direitos civis e políticos foram duramente atingidos pelas medidas de repressão” (CARVALHO, 2010, p. 160), que exterminaram pessoas – muitas delas desaparecidas até hoje – e mantiveram a vida pública cerceada por dispositivos autoritários.

Dado o Golpe, foi preciso convocar o Congresso para o estabelecimento da nova Carta Constitucional, promulgada em 15 de março de 1967, que não trazia avanços consigo; pelo contrário, progredia com sombras aterrorizan-

tes sobre o futuro da cidadania, que desencadeariam nos instrumentos legais da repressão. As principais ferramentas utilizadas para afastar os cidadãos brasileiros de seus direitos foram os Atos Institucionais. Sendo que, dentre todos os Atos implantados no governo brasileiro durante os 21 anos de ditadura, o mais severo deles foi o AI-5, que atingiu diretamente os direitos políticos e civis.

O avanço nos direitos sociais e a retomada dos direitos políticos não resultaram, no entanto, em avanços dos direitos civis. Pelo contrário, foram eles os que mais sofreram durante os governos militares. O habeas corpus foi suspenso para crimes políticos, deixando os cidadãos indefesos nas mãos dos agentes de segurança. (...) A liberdade de pensamento era cerceada pela censura prévia. (CARVALHO, 2010, p.193).

Nesse momento, o país se vê diante de uma política onde “tudo se torna proibido”, e ao estabelecer um governo com “mãos de ferro”, abria-se brecha para a intensificação das manifestações estudantis com passeatas e protestos.

Dessa forma, a máquina da repressão começava a funcionar, a partir de um governo rígido e que implantou o controle sobre a sociedade. Como resposta às ações governamentais, as manifestações exigindo o fim da ditadura, multiplicaram-se, e como consequência, a repressão intensificou-se durante os “anos de chumbo” – para isso, fora criada uma rede de órgãos responsáveis por reprimir a sociedade, tendo como resposta do governo a censura dos meios de comunicação, torturas e exílios.

Instalava-se no Brasil a ordem do “calar a boca”, dos sindicatos fechados, dos prédios incendiados, comunistas perseguidos, das agentes secretos da SNI (Serviço Nacional de Informações) por todos os cantos. “Obviamente, a ditadura não resolveu as coisas por consenso, promovendo um plano com que toda a sociedade concordasse. As coisas foram impostas na marra” (A DITADURA MILITAR, 2013).

O lento retorno a democracia, iniciado em 1974 com Ernesto Geisel, apontava a uma “abertura política” tímida, perto do que muitos esperavam. Contudo, apenas em 1978, notamos um avanço considerável: A revogação dos Atos Institucionais.

9 Foi convocada pelo congresso devido ao Ato Institucional 4 (AI-4). Assim, na Constituição da República Federativa do Brasil (1967), os militares passaram a ser alistáveis, visto que o poder concentrava-se nas mãos de seus superiores. As garantias individuais foram praticamente vetadas.

10 Período que corresponde de 1969 a 1974.

A retomada dos direitos ganha força com a campanha em prol da Anistia em 1979, que permitiu o retorno dos exilados ao país, bem como o “perdão” aos crimes cometidos pelos agentes da ditadura. (Faz-se necessário apontar que os crimes da ditadura passaram – de certa forma – esquecidos, uma vez que o processo de acerto de contas entre o Estado brasileiro e as vítimas de perseguição ainda não se concretizaram). Ainda assim, a insatisfação do povo com a ditadura militar era grande. O auge da mobilização popular ocorreu em 1984 com a campanha pelo voto direto, desse modo, o movimento “Diretas Já!” teve grande importância na redemocratização brasileira.

BRASIL: MISTO DE ESPERANÇAS E INCERTEZAS.

Passado o período da ditadura militar, em 1985, surgia um novo momento da história do Brasil: a Nova República, que não trouxe de imediato os progressos significativos que eram tão suplicados pela população. Continuavam os problemas na área social, na educação, na saúde; sem contar no agravamento da situação dos direitos civis no que se referem a segurança individual.

Para reverter esse quadro, foi preciso reestabelecer a democracia e fazer a cidadania parte do dia-a-dia da população. Isso começou a ser possível a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Por esse motivo, a mesma ficou conhecida como Constituição Cidadã.

A Constituição de 1988, expressa em seu texto os anseios da sociedade, que teve seus direitos violados durante a ditadura militar. Dentre todas as Constituições brasileiras – sete até o presente momento – a última delas (1988) foi a mais “democrática”, ao ser pensada como a (re)conquista dos direitos, outrora perdidos e agora reavivados. Contudo, ao “garantir” a liberdade e participação social é preciso notar que “a liberdade e a participação não levam automaticamente à resolução dos problemas sociais” (CARVALHO, 2010, p. 9).

Os avanços são notáveis em meio a inúmeros retrocessos na história brasileira, mas, mes-

mo com o fim da ditadura, os problemas sociais não foram resolvidos. Mesmo com a abrangência dos direitos e deveres do Estado, bem como do cidadão “o acesso à justiça é limitado a pequena parcela da população. A maioria ou desconhece seu seus direitos, ou, se os conhece, não tem condições de os fazer valer” (CARVALHO, 2010, p. 214).

Assim como aponta a advogada Maria Cristina Rauch Baranowski:

Não obstante as importantes conquistas ocorridas no processo de redemocratização e com a Constituição de 1988, em termos de garantias fundamentais, falta muito para que as práticas inscritas na Carta Constitucional tornem-se realidade na vida dos brasileiros. (BARANOSKI, 2011, p.23)

Ainda que a constituição tenha ampliado os direitos, e apontado uma série de melhorias, o progresso mais importante deu-se com a educação fundamental, – entendendo-a como fator decisivo pra cidadania – pois, “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil” (MARSHALL, 1967, p. 73). E mais que isso:

A educação das crianças está diretamente relacionada com a cidadania, e, quando o Estado garante que todas as crianças serão educadas, este tem em mente, sem sombra de dúvidas, as exigências e a natureza da cidadania. (MARSHALL, 1967, p.73)

Os progressos foram inegáveis, porém, as velhas práticas políticas, como a corrupção, estavam longe de acabar, tanto que voltaram à tona em 1989, com a primeira eleição direta após a ditadura militar. A eleição de um presidente, como Fernando Collor, levou a população a uma iniciativa cidadã ao organizar o movimento caras-pintadas, que teve como objetivo principal o *impeachment* e a retirada do presidente do seu posto. O movimento foi uma vitória cívica importante, pois combateu a corrupção e as medidas econômicas durante o governo de Collor, e “deu aos cidadãos a sensação inédita de que podiam exercer algum controle sobre os governantes” (CARVALHO, 2010, p. 205).

Até o presente momento, “as maiores dificuldades na área social têm a ver com a persistência das grandes desigualdades sociais que caracterizam o país desde a independência, sem mencionar o período colonial” (CARVALHO, 2010, p. 205).

As lutas pela cidadania política e social, no Brasil, têm, historicamente avanços e recuos importantes. Muitas lutas foram e ainda são empreendidas pelos diversos movimentos sociais para uma conquista da democracia, que tenta a todo custo consolidar-se. (BARANOSKI, 2011, p.23).

Sendo assim:

É pela participação integral numa comunidade que a cidadania se estabelece como a relação entre seus pares, com efetiva e integral participação, que implica em direitos e deveres de uns para com os outros. Por isso, cidadania faz parte de um processo que envolve a participação de vários segmentos sociais de uma sociedade como membros integrais dessa. Membros que enfrentam um contexto de relações sociais excludentes e, em especial, na trajetória brasileira, quanto ao reconhecimento dos direitos. (BARANOSKI, 2011, p.30).

Tentando responder as lacunas deixadas pela carta constitucional, na tentativa de reduzir as desigualdades sociais, as políticas sociais de inclusão começaram a ser implantadas para garantir os direitos das chamadas minorias. Essas políticas sociais vão agir em várias áreas. Na saúde, devido ao posicionamento do Ministério da Saúde (MS), foram criadas estratégias para estruturar o modelo assistencial e aperfeiçoamento da gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); na Universidade, ações de inclusão das minorias, na tentativa de neutralizar os efeitos negativos da discriminação racial foram aplicadas, fazendo com que mais negros frequentassem esse espaço; e por fim, a homossexualidade, na tentativa de minimizar e/ou diminuir preconceitos por orientação sexual e identidade de gênero. Dialogar com essa questão se torna extremamente necessário para (re)pensar aspectos relacionados a chamada cidadania gay.

Ao observar o cenário internacional, notamos a edificação da cidadania gay. Temos como exemplo os Estados Unidos e os motins de Stonewall .

A rebelião de Stonewall, ocorrida em 1969, na cidade de Nova Iorque, iniciou um amplo movimento político nos Estados Unidos que, eventualmente, fortaleceu e positivou os estudos sobre gays e lésbicas. Nas faculdades e universidades americanas, professores passaram a oferecer cursos com temática gay e, no final dos anos de 1980, estudantes e acadêmicos iniciaram um processo de organização de programas ou centros, em instituições espalhadas pelo país. Nos anos de 1990, estudos queer emergiram

11 A rebelião de Stonewall foi um conflito entre homossexuais e policiais, ocorridos em Nova York (EUA) em 28 de junho de 1969. Stonewall é reconhecido como marco do surgimento do moderno movimento homossexual norte-americano, que se internacionalizou, sendo que o 28 de junho é internacionalmente comemorado como sendo o Dia do Orgulho Gay.

nos departamentos de literatura e se ampliaram para outras disciplinas. (GREEN, 2003, p. 19).

Sendo assim, os movimentos de minorias nos EUA contribuíram, por sua vez, para minar a identidade nacional ao colocar ênfase em identidades culturais baseadas em gênero e etnia. O Brasil agiu, espelhando-se nos países que costumamos olhar como modelos e proporcionando o aumento na luta do movimento das minorias, após a ditadura militar. Podemos assim dizer que, mesmo com as inúmeras tentativas de estabelecer uma ordem de cidadania que atende a todos, a luta ainda continua sendo um esboço de esperanças no meio de inúmeras incertezas.

PRENÚNCIOS DE UMA REVOLUÇÃO DO CORPO: MOVIMENTO LGBT EM MEIO A ESTIGMAS E PRECONCEITOS.

Durante as décadas de 60 e 70, o Brasil vivia sob uma forte repressão política decorrente do regime militar. O sistema repressivo aqui implantado atingiu diversos setores da sociedade, e aplicou-se como um dos mais violentos episódios já vividos no país. Entretanto, mesmo diante das censuras, exílios e prisões promovidas pelo Golpe Militar de 1964, movimentos de resistência começaram a aparecer no cenário brasileiro, como segmentos inquietos da sociedade.

No período da ditadura no Brasil formulou-se o “terreno” propício para o surgimento de uma contracultura que se consolidou através dos anos 1960 e parte dos anos 1970. A mesma possuía características ímpares em relação à contracultura estadunidense, porém entendemos que pode ser caracterizada como tal, por ter função crítica, contestadora e impulsionadora de ações que potencializam os ideais da juventude. (GUIMARÃES, 2013)

Desses movimentos vieram a brotar as lutas em favor das minorias – negros, mulheres e homossexuais e consequentemente, as experimentações comportamentais começaram a aparecer lentamente nos cenários – que até então eram privados.

Dessa forma, sujeitos se tornaram visíveis de maneiras variadas. Talvez um exemplo para esse novo olhar tenha vindo com o movimento hippie norte-americano, através da “revolução pacífica” e do ativismo político *Flower Power*, que ganhou as ruas varrendo o mundo ao longo dos anos 60

– promovendo uma série de manifestações; até mesmo antes, com a Geração Beat¹² iniciada nos anos 50, já se apontavam as possíveis mudanças em relação à sexualidade. Os beatniks abdicavam valores burgueses e enfrentavam os modos de pensar da sociedade, criando assim, um novo estilo de vida pautado na insatisfação na procura por melhorias sociais. “O estilo de vida desses jovens, nos EUA, se dava por meio do uso de substâncias psicoativas, do sexo e da experimentação da vida vinculada à escrita literária, chacoalhando a sociedade de seu tempo” (CHAVES, 2013).

Ao longo da década de 60, o termo “contracultura” foi utilizado para denominar as mobilizações e as contestações sociais da “juventude transviada”. Com isso, deu-se passagem a uma nova era social e cultural, ao evidenciar atitudes ousadas e contestadoras à ditadura militar e aos padrões morais da época. Assim, as múltiplas identidades e o sonho de liberdade começaram a se fazer presentes publicamente no Brasil. Do mesmo modo, “o Movimento pelos Direitos Civis, luta pela expansão dos direitos para as minorias, foi o ponto de encontro de todos os seguimentos culturais, reivindicatórios, que acabou culminando na contracultura tal como a conhecemos” (GUIMARÃES, 2012, p. 12).

Dentre as inúmeras maneiras encontradas por essa juventude descontente com os códigos tradicionais, talvez a mais importante delas tenha sido utilizar o sexo e a sexualidade como um instrumento de expressão. Assim aponta o antropólogo Carlos Alberto Messeder Pereira:

A famosa trilogia “sexo, drogas e rock’n’roll” ganhava ares de bandeira política de toda uma geração. É no interior deste processo que se situa a história mais recente de movimentos como o feminista, o negro ou o gay, dando voz e peso político-social às “minorias” ou aos novos sujeitos que se afirmavam na cena cultural. (2004, p. 54)

Foi nesta década também que as minorias começaram a aparecer em cena. O movimento feminista utilizou de artifícios para libertar-se das condições humanas até então condenadas – exigindo liberdade para o amor e o sexo, bem como para a utilização dos métodos contraceptivos – opondo-se à opressão que a sociedade conservadora do momento impunha. Sendo que, neste período, era possível notar um esboço – ainda tímido – das manifestações do movimento homossexual.

12 Movimento poético/literário que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1950.

dante do fortalecimento da urbanização e do espetáculo das ruas e da multidão a circular nelas, a luta pela cidadania juntou-se à dos direitos civis e foi embalada pelos movimentos sociais que estouravam pelo mundo afora, a partir dos anos 70. (BOTELHO & SCHWARCZ, 2012, p.10).

O exemplo mais claro que temos das explosões dos manifestos homossexuais foram os movimentos *Gay power*¹³ e *Women's lib* – embora os motins de *Stonewall* tenham sido a faísca geradora desse novo movimento – representando a liberação sexual de grupos marginalizados pela sociedade, visto que a comunidade homossexual não era vista com bons olhos, mas sim com estereótipos construídos por mitos que a catalogavam na anormalidade e na patologia. Afinal, a homossexualidade era enquadrada no quadro ‘homossexualismo’, sendo que o sufixo “ismo” denota uma dominação referente à anormalidade e a sexualidade como algo desviante, comprovando assim, que a comunidade médica olhava para o fenômeno como doença.

O ‘homossexualismo’ passou a fazer parte na Classificação Internacional de Doenças (CID) a partir da 6a Revisão, no final da década de 40, mais especificadamente em 1948, permanecendo nela até 1990, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) confirmou a retirada do código 302.0 (Homossexualismo - que está incluído no Capítulo V: Transtornos Mentais), alegando que “a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, 2013).

Cinco anos antes da retirada da homossexualidade do hall de doença, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) deixou de classificar a homossexualidade como desvio sexual/mental, desencadeando em 1999 em uma nova resolução do CFP. A resolução CFP 001/009¹⁴, estipulou regras para a atuação de psicólogos em todo país, combatendo as práticas de cura gay. Entretanto, mesmo diante desses avanços, a sociedade ainda não deixara de

pensar a comunidade homossexual a partir de estereótipos e doenças, afinal durante muitos anos a medicina vinha discursando sobre a patologia. Encontramo-nos longe de ter conseguido com que todas as pessoas deixem de pensar a homossexualidade como desvio social.

Tendo em vista a desconstrução de estereótipos voltados a comunidade homossexual, começa a surgir a partir dos anos 70 a consolidação do movimento homossexual e, consequentemente, a criação de grupos gays em todo o Brasil. Com a solidificação desses grupos, passamos a observar um movimento engajado nas posturas políticas. Deste modo, emergiu um movimento em prol de condutas afirmativas para a cidadania homossexual, na tentativa de desconstruir os preconceitos por orientação sexual e identidade de gênero, em uma sociedade de maioria heterossexual que condenava à invisibilidade as práticas homossexuais, desencadeando no exercício da homofobia.

MOVIMENTO DE MINORIAS: CONVÍVIO ENTRE IGUAIS.

O primeiro grupo de manifesto homossexual em defesa dos direitos LGBT foi o Somos: Grupo de Afirmação Homossexual, conhecido como *Somos*¹⁵, fundado em 1978. Ele foi formado a partir do periódico ‘*O Lâmpião da Esquina*’¹⁶, que apontava a construção da identidade, visibilidade homossexual e a pretensão de uma “cidadania gay”. Este grupo ganhou grande notoriedade devido o seu estilo de militância, que tornou modelo para as demais organizações que começaram gradativamente a surgir em todo Brasil.

Dentro desses grupos, brotou a necessidade de uma construção da cidadania. Essa cidadania deveria garantir que os membros desses grupos fossem vistos como iguais. Contudo, para que isso ocorresse, seria preciso reconhecer o respeito à diferença e a defesa de identidades sexuais. Sendo

13 Movimento iniciado em meados dos anos 60, pedindo pra que lésbicas e gays ‘saíssem do armário’, revelando publicamente sua sexualidade, trabalhando como uma forma de ativismo apoiando o orgulho gay e a visibilidade às comunidades LGBT na América do Norte, Europa Ocidental e Austrália.

14 Resolução que orienta profissionais da área a não usar a mídia para reforçar preconceitos contra os homossexuais nem propor tratamento para curá-los. Disponível em: <<http://site.cfp.org.br/pdc-que-altera-resolucao-cfp-00199-volta-a-pauta-da-cssf/>>. Acessado em: 22 set. 2013.

15 Grupo formado em São Paulo, sendo que o primeiro nome provisório que o grupo teve foi: Núcleo de Ação pelo direito dos homossexuais. O nome definitivo do grupo deve-se a uma homenagem a uma publicação do movimento homossexual argentino que teve circulação de 1971 e 1976. O grupo também foi responsável pela criação do Clube de Cinema Somos, e sediou a formação do grupo Lésbico Ação Lésbico-Feminista (GALF).

16 *O Lâmpião da esquina* foi um jornal (tablóide) homossexual, que circulou de 1978 a 1981, produziu ao todo 38 edições. Desde 2010 os jornais encontram-se digitalizados e disponíveis no site do Grupo Dignidade: <<http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>>

assim, o alcance da cidadania passaria pelo reconhecimento da diversidade sexual no anseio pela liberdade, justiça e direitos iguais. Posto isto, “o movimento homossexual sustentou-se no tripé da identidade, sexualidade e cidadania” (ZANATTA, 2013).

A socióloga Regina Facchini registra, ao estudar os Grupos de Militância Homossexual:

É interessante observar, em relação à forma como surgiam novos grupos, que um evento onde a questão homossexual teve destaque não só trouxe novos membros ao SOMOS como provocou o surgimento de novas iniciativas, (...) a “autonomia das lutas das minorias” passa a marcar o grupo. (2003, p. 88)

A partir do surgimento de entidades em todo território brasileiro, no final do ano de 1979 ocorreu no Rio de Janeiro o 1º Encontro de Homossexuais Militantes, contando com a presença de grupos homossexuais em várias partes do Brasil. Na pauta, destacou-se “a reivindicação de incluir o respeito à opção sexual na Constituição Federal; uma campanha para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais e a convocação de um congresso.” (FACCHINI, 2003, p. 90-91).

Desse convite, organizou-se em 1980, em São Paulo, o 1º Encontro Brasileiro de Homossexuais – EBHO¹⁷. A partir desse congresso, deu-se abertura para o aumento do debate em torno da cidadania homossexual. Entretanto, o movimento que surgiu na década de 70 encontrou-se, diante da conjuntura do surgimento e aumento da epidemia HIV/AIDS de dilemas em torno das políticas de atenção à AIDS, beirando o declínio nos anos 80.

Antes do final da primeira metade dos anos 1980, houve uma drástica redução na quantidade de grupos presentes no movimento homossexual em todo Brasil. De acordo com Regina Facchini:

Se MacRae havia identificado 22 grupos no Brasil no início dos anos 1980, um documento produzido pelo Grupo Gay da Bahia falava em 7 grupos existentes em 1984 e 6 em 1985. Em outubro de 1986, seriam 12 grupos e em maio de 1988, 8 grupos. Isto pode ser justificado, entre outras coisas, pelo surgimento da epidemia da AIDS, então chamada “peste gay”, e seu poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lide-ranças terem se voltado para a luta contra a aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia. (2003, p.93)

¹⁷ Foram realizados seis edições do Encontro Brasileiro de Homossexuais durante 1980/1992. Contou com a presença de 8 grupos: Somos/SP, Somos/Sorocaba, Libertos, GLF, Eros/SP, Somos/RJ, Auê/RJ, Beijo Livre.

O ‘fantasma’ da AIDS rondava determinados grupos sociais. A década de 80 foi um período violento e excludente aos amantes do mesmo sexo. Neste momento, a AIDS reacende como posto de velhos preconceitos, fazendo nascer a postura ‘anti-gay’.

A doutora em História Social, Maria Cristina da Costa Marques destaca que:

A própria Aids carrega desde seu aparecimento, sendo seu significado encontrado além da doença física. Com a chegada do vírus ao Brasil, também, desembocaram, atreladas a ele, todas as metáforas, transformadas em preconceito, moralismo, medo, entre outros, metáforas essas presentes, às vezes nas dobras, às vezes bem aparentes, na evolução das respostas à epidemia no país. (MARQUES, 2002, p.51)

A epidemia resultou na retomada das desigualdades sociais e na abominação a homossexualidade. “A forte associação, de caráter negativo, entre AIDS e homossexualidade, que teve lugar no início da epidemia, levou vários grupos a optarem por não trabalhar prioritariamente com a luta conta a AIDS” (FACCHINI, 2003, p. 102).

As discussões voltadas à epidemia só passou a ser visível quando grupos se mobilizaram para pedir uma atuação do Estado.

As primeiras mobilizações de grupos sociais, bem como as primeiras iniciativas e articulações oficiais para enfrentar a Aids, aconteceram, portanto, em São Paulo. Os motivos para esse pioneirismo na história política da Aids no Brasil são referidos na historiografia da epidemia como sendo: o aparecimento dos primeiros casos nesse estado e o significante crescimento do número de casos; a Secretaria da Saúde, como outros cargos estratégicos no âmbito da saúde pública sendo confiados a profissionais identificados com os princípios da reforma sanitária a partir de 1982; e as pressões sociais exercidas pelos grupos, nesse momento classificados como os mais vulneráveis à contaminação, tornando-se mais definidas e articuladas. (MARQUES, 2002, p. 52).

Tendo em vista os apontamentos acima, foram se consolidando o enfrentamento da epidemia, isso fez com que um dos primeiros grupos a discutir e divulgar informações a respeito do vírus da AIDS tenha sido grupo paulistano Outra Coisa, em julho de 1983. Entretanto, “vale lembrar que, quando surgiram as primeiras notícias a respeito da AIDS, houve várias reações de desconfiança no interior do movimento. O receio era de que esta fosse mais uma forma de controle médico sobre os homossexuais”

(MARQUES, 2002, p. 92).

Com o advento da AIDS, há uma influência da opinião pública. O papel da mídia em explorar a epidemia – identificada no imaginário social como ‘doença gay’¹² – foi marcante devido ao apavoramento da sociedade brasileira, ao relacionar a AIDS com a morte, o horror, a punição, ao crime e a vergonha; isso forneceu bases ao estigma e a discriminação.

O cientista social Erving Goffman (1988), ao definir o estigma como “um atributo que é profundamente depreciativo”, leva o indivíduo a identificar-se como diferente aos demais. Essa diferença é dada aos indivíduos que não compartilham das normas propostas pela sociedade; portanto, esse indivíduo torna-se “destoante” dos demais por não se adequar aos valores impostos. Sendo assim, o membro considerado estigmatizado é oprimido e discriminado. O significado dessa discriminação aparentemente nos é dada como natural/normal, sendo que o ato de ‘não gostar dos diferentes’ acarreta nos padrões de opressão.

Pode-se compreender que a estigmatização e a discriminação devem ser olhadas através das relações de poder, pois esta desempenha um papel de grande relevância nos controles sociais. Esta dominação culmina naquilo que Bourdieu (1998) denomina “Violência Simbólica”, isto é, na valorização de ‘grupos superiores’ e na desvalorização das chamadas ‘minorias’; com isso, os dominados se sentem convencidos a aceitar as imposições hierárquicas, reforçando assim as exclusões sociais.

Segundo Richard Parker e Peter Aggleton, a estigmatização aparece devido a quatro itens: “(1) estigma em relação à sexualidade; (2) estigma em relação ao gênero; (3) estigma em relação à raça ou etnia; e (4) estigma em relação à pobreza ou à marginalização econômica”. (2001, p.20)

Aqui nos endereçamos aos dois primeiros itens, exatamente porque a infecção do HIV/AIDS é associada à transmissão sexual. Os mesmos Richard Parker e Peter Aggleton apontam autores que demonstram os fatores socioculturais negativos perante à epidemia, fatores que dificultam a superação do estigma e do preconceito em relação aos grupos LGBT :

De Bruyn (1999) identificou cinco fatores que contribuem para o estigma da AIDS: (1) o fato de que a AIDS é uma doença ameaçadora à vida; (2) o fato

de que as pessoas têm medo de contrair o HIV; (3) a associação do HIV e da AIDS a comportamentos já estigmatizados em muitas sociedades (tais como sexo entre homens e o uso de drogas injetáveis); (4) o fato de que as pessoas com HIV e AIDS são frequentemente consideradas responsáveis por terem contraído a doença; e (5) crenças religiosas ou morais que levam algumas pessoas a concluir que ter HIV ou AIDS seja o resultado de uma falta moral (tal como a promiscuidade ou o “desvio” sexual) que merece punição. (PARKER & AGGLETON, 2001, p.23).

Porém, mesmo diante dessas implicações, o movimento gay vai também trazer à cena, novas formas organização social, ainda mais ao ser comprovado que a essa doença foi capaz de atingir diversos grupos sociais.

Carlos Alberto Messeder Pereira demonstra que a epidemia coagiu a sociedade a discutir sexualidade, abrindo espaço para a visibilidade homossexual.

Se, de um lado, ela veio reforçar antigos preconceitos que já pareciam ultrapassados, (...) por outro, ela, pelo enorme drama social que evoca, coloca as sociedades e os Estados em confronto direto com a necessidade de implementar, por exemplo, políticas de prevenção, o que os obriga, em muitas situações, a lidar diretamente com os grupos gays organizados. Ao mesmo tempo, a presença da AIDS, aliada às enormes dificuldades de seu controle – quando as políticas de prevenção parecem ser a única alternativa capaz de garantir algum sucesso – trouxe à tona um forte sentimento de impotência e um certo sentimento trágico, marcado pelo horizonte da morte (...). (PEREIRA, 2004, p.59).

Para tanto, foi preciso responder aos problemas do HIV/AIDS e aplicar políticas públicas de prevenção, direcionada às populações vulneráveis.

A provável chegada do vírus da Aids no Brasil em meados da década de 1970, o fortalecimento e a intensificação de uma pressão social por mudanças políticas no país, representada no campo da saúde pelo movimento pela reforma sanitária, e as articulações de forças democráticas que ocuparam posteriormente importantes posições de poder, essenciais na configuração da mudança da assistência à saúde no Brasil, foram os fatores que, ao se articularem nesse período, estabeleceram o cenário inicial para a construção das respostas políticas à epidemia. (PEREIRA, 2004, p.49)

Exemplo disto foi a criação do Programa Nacional de DST e AIDS, em 1986. Ao criar esse programa, fica evidenciado que a Aids se tornou um problema emergente de saúde pública. Assim

12 Movimento poético/literário que surgiu nos Estados Unidos nos anos 1950.

sendo, o programa estabeleceu as primeiras diretrizes e normas para o enfrentamento da epidemia no país.

Contudo, se por um lado a epidemia da Aids teve seu lado negativo ao intensificar a exclusão social aos homossexuais nos anos 80, por outro, a doença também trouxe muita visibilidade para os grupos gays, e o movimento LGBT organizou-se procurando desconstruir estigmas e preconceitos. Dentre as conquistas adquiridas pelo movimento homossexual, podemos apontar a despatologização da homossexualidade e o surgimento de várias ONGS relacionadas à promoção da cidadania, como a ABIA, por exemplo (<http://www.abiaids.org.br/>).

Pensando em assegurar a cidadania a todos – principalmente às minorias – começou a aparecer nos final da década de 80, as políticas públicas. Elas foram responsáveis por estabelecer o elo entre a política e o direito, obtendo como resposta, algumas medidas para assegurar os anseios da comunidade LGBT.

Considera-se a Constituição de 1988, como marco dos direitos sociais. Entretanto, mesmo trazendo avanços como a criação de mecanismos para a inclusão social, ela também acarretou em uma série de desafios no que diz respeito à desigualdade social.

As políticas públicas são programas que procuram minimizar e/ou extinguir as injustiças. Desta forma, cabe ao Governo Federal não se omitir e estipular uma legislação que assegurem direitos específicos à comunidade LGBT.

As políticas públicas surgem da necessidade oriunda de situações de injustiça, insatisfação e perigo apresentadas pelos atores políticos ou sociais, direta ou indiretamente interessados, que pretendem tomar parte nas decisões do governo e lutar por sua cidadania. Essas demandas são incluídas na chamada agenda governamental de forma a integrar o planejamento das ações deste governo para viabilizar a consecução da proposta para solucionar aquela situação de injustiça, insatisfação ou perigo. (SILVA apud GRIGOLETO, 2010, p.2).

A falta de garantia de Direitos Humanos compromete a qualidade de vida de todos. As tensões geradas sobre forma de intolerância acarretam nas agressões e discriminações decorrentes da não aceitação de orientação sexual e identidade de gênero.

Espera-se, “que políticas públicas afirmativas de legislação específica sejam implementadas no

sentido de erradicar e punir o racismo, homoofobia, machismo e demais preconceitos que impedem o acesso igual de todos à cidadania plena”. (MOTT, 2003, p.82).

A falta de mecanismos que revertam o quadro do preconceito às minorias, compromete e condena esses indivíduos a novamente se manterem invisíveis a sociedade. Estimular a prática do preconceito culmina nos altos índices de violência, discriminação e preconceito contra LGBT's.

Os homossexuais foram considerados portadores de uma anomalia que os tornava propensos à prática de crimes, à depressão e ao suicídio. Somente em 1985 o Conselho Federal de Medicina excluiu a homossexualidade dos desvios e em 1999, o Conselho Federal de Psicologia confirmou a normalidade da orientação homossexual. (MOTT apud GRIGOLETO, 2010, p. 6).

O relatório divulgado pelo grupo Gay da Bahia demonstram estes índices. Só no ano 2010, foram documentados 260 assassinatos. Este número cresce diariamente devido aos preconceitos construídos historicamente pela sociedade, que apontam que ainda a homossexualidade é vista como algo desviante:

Foram documentados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no ano passado, 62 a mais que em 2009 (198 mortes), um aumento de 113% nos últimos cinco anos (122 em 2007). Dentre os mortos, 140 gays (54%), 110 travestis (42%) e 10 lésbicas (4%). O Brasil confirma sua posição de campeão mundial de assassinatos de homossexuais: nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 14 assassinatos de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 homicídios. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos. Neste ano o GGB outorgou o troféu Pau de Sevo ao Deputado Jair Bolsonaro na condição de maior inimigo dos homossexuais do Brasil, considerando que sua cruzada antigay estimula a prática de crimes homofóbicos. (EPIDEMIA DO ÓDIO, 2012)

Ainda não há no Brasil uma lei que criminalize a homofobia, muito menos “nenhuma lei que condena os gays, lésbicas, travestis e transexuais. Ninguém pode ser preso ou discriminado por ser homossexual. Nem o Código Penal nem a Constituição Federal condenam a homossexualidade”. Tendo em vista estes apontamentos, “temos que aprender a conviver com a diversidade, aceitar o pluralismo, respeitar o diferente” (MOTT, 2003, p. 10, 16).

Dos anos 90 até hoje, se presencia a solidificação de um movimento LBGT, que vai ganhando aos poucos espaço e legitimidade, apontando rumos di-

ferentes dos anos 60 e 70. Surge a expressão que quando um homossexual não se assume, diz-se que ele está no armário; neste momento também, que a expressão orgulho gay se tornou um ‘grito de guerra’, tanto que a mídia começa a falar do universo gay nas novelas, revistas e cinema.

A atuação dos movimentos em luta pelos direitos humanos aponta o princípio do papel político de extrema importância por parte do movimento, que vai culminar no engrandecimento das paradas gay. Podemos dizer que um dos marcos da visibilidade homossexual, foi a primeira parada gay¹⁹, em 1997, na Avenida Paulista em São Paulo; tendo como tema “Somos muitos, estamos em todas as profissões”, sendo que a edição de 2011 foi a que os organizadores estimaram maior número de participantes.

Mesmo com avanços notáveis voltados aos direitos homossexuais, as políticas públicas não representam grande número. Ainda se faz necessário refletir os programas, conferências e planos que são bases para a construção de políticas públicas para a população LGBT. No tópico seguinte abordarei algumas ações realizadas pelo Governo Federal para combater à homofobia tendo em vista a promoção da cidadania LGBT.

AÇÕES AFFORMATIVAS: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO.

Como a visibilidade homossexual tornou-se um fato inconteste a partir das lutas dos movimentos homossexuais; e como os estigmas, preconceitos e discriminações continuaram a fazer parte do dia-a-dia desses indivíduos, foi preciso que o Governo Federal interviesse, aplicando políticas de ações afirmativas.

A ação afirmativa se diferencia das políticas puramente anti-discriminatórias por atuar preventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Políticas puramente anti-discriminatórias, por outro lado, atuam apenas por meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar atos discriminatórios. (O QUE SÃO AÇÕES AFFORMATIVAS, 2013)

19 Podemos dividir a parada gay em três períodos: O primeiro, de 1997 a 1999, momento em que se enfoca a temática da visibilidade LGBT e um crescimento de 2 mil para 35 mil participantes. O segundo corresponde aos anos de 2000 a 2002, período em que começou a ser desenvolvida a temática da diversidade a partir da ideia do respeito. Nota-se também o grande aumento do público, de 100 mil para 500 mil pessoas. E a terceira, a partir de 2003, a parada da diversidade passa a refletir as demandas da comunidade como forma de pressão política para o reconhecimento e garantia efetiva de Direitos Humanos. O público voltou a aumentar, de 1,5 milhões para 3,5 milhões de participantes. Disponível em: <<http://paradasp.wordpress.com/parada/>>. Acessado em 12 ago. 2013.

Assim sendo, as políticas de ações afirmativas complementam as políticas públicas, pois ela tem como objetivo combater a discriminação aos vitimados das exclusões sociais, promovendo a igualdade e os direitos básicos para a cidadania.

Pensando na retomada da busca pela cidadania gay, temos em 1995 a fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). Essa associação nasceu no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, tendo como objetivo lutar pelos direitos humanos e civis de gays, lésbicas e travestis e pela “promoção da livre orientação sexual, pela liberdade, justiça social, democracia, pluralidade e diversidade de gêneros” (CARTEA DE PRINCÍPIOS, 2013). Nesse mesmo ano, é apresentado o primeiro Projeto Lei proposto para minimizar e/ou desconstruir preconceitos.

O Projeto de Lei 1151/95, da ex-deputada federal e atual Ministra da Cultura Marta Suplicy, almejou disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo. Este projeto nunca chegou a ser votado no plenário, resultado de seu arquivamento em 2007. Posteriormente, foi apresentado o Projeto de Lei 6960/2002, de autoria do deputado federal Ricardo Fiúza, que sugere modificações ao Novo Código Civil para legalizar as relações homoafetivas. A proposta também fora arquivada no Congresso.

Entretanto, foi apenas ao longo dos anos 2000, que identificamos ações dos grupos LGBT no Brasil, priorizando a reivindicação políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e direitos humanos. Em decorrência disso, o Brasil pôs em pauta em junho de 2003, na Câmara dos Deputados, o Seminário Nacional de Políticas Afirmativas e Direitos da Comunidade GLBT; tendo como medida aprovada a criação de uma Frente Parlamentar para a aprovação dos projetos de defesa dos homossexuais. Esse encontro debateu assuntos relacionados às condutas discriminatórias e os projetos em tramitação no Congresso Nacional.

Esta iniciativa deu início ao surgimento de programas visando garantir a cidadania da comunidade LGBT, através de políticas afirmativas dos direitos dos homossexuais.

Contudo, poucos foram – até o presente momento – os projetos para assegurar o respeito às

minorias. Aponto como um dos principais projetos lançados pelo Governo Federal foi o *Brasil sem Homofobia, Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual*²⁰, lançado em 24 de maio de 2004 e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, atualmente ligados diretamente à Presidência da República. Os eixos estratégicos deste programa eram de melhorar a educação e providenciar mudanças de comportamento dos gestores públicos, elaborando diretrizes que comprovem o respeito a todos os cidadãos. Mais adiante falaremos do projeto *Escola sem Homofobia*²¹.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) é o órgão responsável por coordenar o Programa Brasil sem Homofobia (BSH). Através desse programa busca-se estimular o respeito à diferença, a reparação da cidadania a comunidade LGBT e ao combate à homofobia. As ações correspondentes ao programa são voltadas:

- a) Ao apoio a projetos que atuam na promoção da cidadania LGBT e/ou combate à homofobia; b) Capacitação para profissionais e representantes do movimento LGBT; c) Disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima LGBT e incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos da população LGBT; d) Capacitação e disseminação de informações a gestores das diversas esferas governamentais na temática de Direitos Humanos da população LGBT; e) Atuar na troca de experiências de sucesso em matérias de políticas públicas em vários países.²²

Assim sendo o programa Federal Brasil Sem Homofobia (BRASIL, 2004) tem como princípios:

- a) a inclusão da perspectiva da não discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal; b) “a produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate da violência e à discriminação por orientação sexual” e c) “a reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência” incluindo a homofobia.

Todavia, mesmo com o surgimento de políticas afirmativas para garantir a cidadania a todos, no Brasil não há nenhuma lei que protege os homossexuais e que condena a homofobia. Há

apenas um Projeto de Lei 122/2006²³, popularmente conhecido como PLC 122, que propõe a criminalização dos preconceitos motivados pela orientação sexual e identidade de gênero. Este projeto tramita há sete anos no congresso nacional, encontrando-se atualmente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal.

A procura de avanços referentes à comunidade LGBT não se deu apenas no Brasil. Os avanços no cenário internacional foram de grande importância para apontar novos avanços em torno da cidadania gay:

Junho de 1989 - A Dinamarca aprova uma lei que permite o registro da união civil a casais homossexuais; **Agosto de 1993** - A Noruega se torna o segundo país do mundo a permitir que gays e lésbicas registrem civilmente a união; **Junho de 1994** - O Parlamento da Suécia aprova uma lei que permite a união entre gays; **Março de 1995** - A Corte Constitucional da Hungria derruba uma lei que proíbe o casamento entre gays; **Outubro de 1999** - A França garante a todos os casais o direito à união civil, que inclui reformas na cobertura do seguro social e nas leis de transmissão da herança; **Dezembro de 2000** - A Holanda dá a aprovação final à lei que permite o casamento e a adoção de crianças por casais do mesmo sexo; **Julho de 2002** - A Alemanha permite que casais gays registrem suas uniões junto a autoridades civis; **Junho de 2003** - Uma corte de Ontário (Canadá) abre caminho para o casamento gay da Província, ao declarar inconstitucional a definição de casamento heterossexual. O Reino Unido começa a estudar a possibilidade de permitir aos casais a realização de uma união formal e legal, fazendo um registro de ‘união civil’. Na Bélgica, a união civil entre homossexuais passa a ser permitida; **Julho de 2003** - Dois argentinos tornam-se o primeiro casal gay da América Latina a usar uma nova lei que permite a união civil entre pessoas do mesmo sexo; **Fevereiro de 2004** - O prefeito de San Francisco, Gavin Newsom, desafia a lei estadual e suspende uma lei que proibia casamentos gays; **17 de maio de 2004** - Os primeiros casais homossexuais se casam legalmente em Massachusetts, tornando-o, na época, o único Estado americano a permitir o casamento gay; **10 de junho de 2004** - Uma corte do Estado de Nova York autoriza o casamento entre homossexuais; **27 de julho de 2004** - Uma corte francesa anula o primeiro casamento gay do país, que aconteceu em 5 de junho de 2004; **12 de agosto de 2004** - A Suprema Corte da Califórnia anula mais de 4.000 casamentos gays realizados em San Francisco; **Novembro de 2004** - O Parlamento britânico aprova o Ato de Parceria Civil, que permite a casais do mesmo sexo registrar oficialmente sua união. A nova lei, que concedeu aos gays quase os mesmos direitos civis dos heterossexuais, somente começou

20 Projeto disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf>. Acessado em: 06 mai. 2012.

21 Projeto que faz parte das diretrizes do Programa Brasil sem Homofobia e que desencadeou no ‘Kit de combate à homofobia’.

22 Disponível em: <<http://www1.direitoshumanos.gov.br/brasilsem>>. Acessado em: 18 set. 2013.

23 Projeto Lei apresentado pela deputada Iara Bernardi (PT-SP), que tem por objetivo criminalizar a homofobia. O projeto ainda se encontra na Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal do Brasil.

a valer a partir de dezembro de 2005; **1º de fevereiro de 2005** - Canadenses divulgam a primeira versão da legislação que permite o casamento gay, depois que as cortes de sete das dez Províncias do país já tinham decidido a favor da união gay; **5 de abril de 2005** - Eleitores do Kansas (EUA) aprovam uma emenda à Constituição do Estado que barra o casamento entre gays; **20 de abril de 2005** - Uma corte do Connecticut permite a legalização de uniões civis para casais gays, sem a necessidade de aprovação da Justiça; **21 de abril de 2005** - O Parlamento da Espanha dá a aprovação inicial que legaliza o casamento gay. O Senado votou contra a proposta e o projeto de lei retorna à Câmara dos Deputados; **2 de junho de 2005** - Após três votações, uma assembleia na Califórnia (Estados Unidos) rejeita um projeto de lei que permitiria o casamento homossexual no Estado americano mais populoso; **28 de junho de 2005** - O Parlamento do Canadá aprova a legislação que permite casamento entre pessoas do mesmo sexo, apesar da ferrenha oposição de políticos conservadores e grupos religiosos; **30 de junho de 2005** - A Câmara dos Deputados da Espanha aprova lei que permite o casamento gay e a adoção de crianças por estes casais; **19 de julho de 2005** - O Senado do Canadá aprova o projeto de lei C-38, que permite o casamento entre casais gays, legalizando a união entre homossexuais em todo o país; **2 de dezembro de 2005** - A Câmara dos Deputados belga aprova lei que permite a gays adotar crianças; **20 de abril de 2006** - O Senado da Bélgica aprova o projeto de lei que concede aos casais homossexuais o direito de adotar crianças, depois da aprovação da Câmara dos Deputados em dezembro de 2005; **06 de julho de 2006** - A Suprema Corte do Estado de Nova York proíbe o casamento gay, dizendo que a união entre pessoas do mesmo sexo não é permitido sob as leis do Estado, dizendo que uniões deste tipo ‘violam’ os direitos constitucionais; **25 de outubro de 2006** - A Suprema Corte do Estado de Nova Jersey decidiu por um voto (quatro a favor e três contra) que casais gays poderão realizar uma união civil com direitos constitucionais iguais aos casamentos heterossexuais, mas não define a união gay como casamento; **16 de março de 2007** - O casamento de dois homens marca o início da Lei de Uniões Estáveis do México.²⁴

Esses foram os primeiros de muitos avanços conquistados pela comunidade LGBT, e eles não encerraram por ai. Em julho 2008, temos no Brasil a 1ª Conferência Nacional GLBT, tendo como tema “*Direitos humanos e políticas públicas: O caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais*”. O objetivo desse encontro pautou-se em propor a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT²⁵, que acabou sendo concretizada em 2009, a fim de responder às necessidades da população LGBT, bem como para fortalecer o Programa Brasil sem Homofobia.

O Plano anuncia o “compromisso político do

governo brasileiro em tratar a questão dos Direitos Humanos como verdadeira política de Estado”, tendo como base “as diretrizes e preceitos éticos e políticos que visam à garantia dos direitos e do exercício pleno da cidadania”(BRASIL, 2009, p. 7, 9). Embora o documento proponha ações e diretrizes para combater a homofobia e garantir direitos da comunidade LGBT, o mesmo teve pouca visibilidade social. As políticas de execução propostas mantiveram-se inicialmente apenas entre ativistas do movimento LGBT e representantes do Governo Federal. A discussão desse documento chegou somente ao conhecimento do público em geral devido aos debates travados em torno do ‘Kit de combate à homofobia’, que será discutido no próximo capítulo.

Mesmo com a integração de planos e programas para garantir direitos à população LGBT, há apenas Projetos Leis que tramitam no Congresso Nacional e que até hoje permanecem arquivados.

Pensando em suprir as lacunas deixadas pela Constituição de 1988 na tentativa de assegurar uma legislação que garanta os direitos aos homossexuais, foi proposta a emenda constitucional elaborada pela Comissão Especial da Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no segundo semestre de 2011. O documento produzido aponta que a Constituição Federal de 1988 que consagra os princípios de igualdade, liberdade e o respeito à dignidade²⁶, peca a não expressar a proibição de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Essa omissão acaba por contribuir para um sistema de exclusão as minorias, visto que a legislação não criminaliza a discriminação.

Segundo a Comissão Especial da Diversidade Sexual:

Proibir discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, reconhecer a família homoafetiva e assegurar todos os direitos decorrentes da homoparentalidade são dispositivos que precisam ser inseridos na Carta Constitucional, sob pena se comprometer a própria estrutura do Estado que se quer pluralista, livre e digno de todos os seus cidadãos. (COMISSÃO ESPECIAL, 2012)

Mesmo diante desses entraves, o Poder Judiciário vem aos poucos invocando princípios constitucionais para reconhecer os direitos homossexuais. Dentre os direitos conquistados pela comu-

²⁴ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

nidade LGBT podemos mencionar a conquista de direitos previdenciários, o reconhecimento jurídico da mudança de sexo, a possibilidade de adoção e a legalização da união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar²⁷, reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011.

O mais recente avanço chegou em maio desse ano, baseado na posição tomada pelo STF, mencionada acima. No entanto, a aplicação da união estável proposta em 2011 variava entre os Estados; nem todos reconheciam a união homossexual, sendo que em muitos casos a legalização passava pelas mãos dos juízes. Pensando em reverter esse quadro, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou uma resolução que obriga os cartórios de todo o país a reconhecerem e não rejeitarem o casamento homossexual em todo o Brasil.

No entanto, mesmo diante dos inegáveis avanços de certas questões referentes à cidadania LGBT, faz-se necessário, no cenário atual, a criação de mecanismos para assegurar direitos e criminizar posturas homofóbicas, fazendo com que as políticas públicas certifiquem a inserção dos homossexuais sob tutela de uma legislação. A cidadania não deve se adequar a uma dinâmica de inclusão e exclusão, mas sim garantir direitos a todo e qualquer cidadão. E neste caso a violência e a discriminação rondam os grupos LGBT fazendo com que a sua cidadania seja inconclusa.

A falta de diretrizes político-jurídicas para a inclusão das vítimas de desigualdade de gênero e o respeito à diversidade sexual, estimulam práticas de preconceitos, e colocam novamente os homossexuais – ditos desviantes – como alvo de perseguições e sujeito da exclusão social. É preciso ainda “retirar da invisibilidade jurídica, do desrespeito social e da intransigência de muitos, pessoas que precisam ter garantido o direito de viver, de amar e de ser feliz, seja qual for a sua orientação sexual ou identidade de gênero” (Comissão Especial de Diversidade Sexual, 2011, p.16).

Ao proibir a incitação ao ódio a grupos LGBT é inserida uma barreira à intolerância. Contudo, até o atual momento, pouco foi feito, em prol das minorias. Ainda é preciso adotar políticas públicas de inclusão e a criminalização da homofobia, para assim, reverter o quadro de omissões e exclusões sociais.

Acredito que boa parte dessa intolerância ao diferente tenha seu início em ambiente escolar.

As instituições educacionais são espaços de dominação em que emergem preconceitos, estigmatização e discriminação. O uso da violência simbólica dentro das escolas faz com que os dominantes exerçam critérios definidos induzindo os dominantes a pensarem como tais. Sendo assim, aquele que estiver fora do padrão proposto, acaba por ser recusado e vitimado.

Por um lado, precisamente por não fazerem parte de outros grupos estigmatizados ou populações associadas à infecção por HIV, as crianças soropositivas são retratadas amiúde (num tipo de forma contrária de estigmatização) como “vítimas inocentes” que foram afetadas pela epidemia sem querer. Por outro lado, quando se toma conhecimento que há crianças soropositivas em uma escola, reações histéricas (normalmente motivadas pelo medo ou pela falta de informação) têm levado os pais das outras crianças, e às vezes até os professores ou outros funcionários da escola, a discriminá-las – com freqüência exigem que essas crianças sejam excluídas das atividades coletivas e, em alguns casos, sua completa expulsão da escola. (PARKER: AGGLETON, 2001, p.30).

Todavia, essas exclusões não acontecem apenas quando a criança é soropositiva assim como apontam os autores acima, mas também quando as mesmas são consideradas diferentes das demais devido a sua sexualidade; em decorrência disso, as formas de violência produzidas eclodem na forma do bullying, fragilizando a criança.

Os sintomas dessa violência – medo, isolamento, depressão – vão progressivamente sendo percebido. Entretanto são poucos os pais e professores que se atentam e buscam estratégias pra identificar o bullying e tentar excluir/minimizar as exclusões sociais.

Contudo, cabe a todos os agentes sociais – pais, educadores e a própria comunidade se voltarem par esse assunto. O silenciamento dessa temática reforça o pensamento que toda a sexualidade diferente daquela considerada historicamente como natural e normal seja novamente condenada à invisibilidade. Somente através da discussão do tema nas escolas que será possível fazer do Brasil um país sem homofobia.

A falta de diálogo sobre sexualidade nas escolas vinculada com a ausência de uma formação para trabalhar em sala de aula, abordando temas como a sexualidade, dificulta o trabalho dos profissionais da educação. Cabe aqui ressaltar que não há nenhum material didático que auxilie os

27 Decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, ADI 4.277-DF e ADPF 132-RJ, Rel. Min. Ayres Brito, 05 mai. 2011.

professores a trabalharem com o tema.

Pensando nisso, foi criado o Projeto “Escola sem homofobia”, que tem como objetivo contribuir para a implementação do “Programa Brasil Sem Homofobia” proposto em 2004 pelo Ministério da Educação e Governo Federal.

O projeto Escola Sem Homofobia foi apoiado:

pelo Ministério da Educação (MEC), pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD); planejado e executado em parceria com a Global Alliance for LGBT Education – GALE e as organizações não governamentais Pathfinder do Brasil (coordenadora do projeto), ECOS – Comunicação em Sexualidade, Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e a ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. (NOTA OFICIAL SOBRE O PROJETO, 2012)

O objetivo desse projeto consiste em envolver-se no compromisso de estabelecer uma política de combate à homofobia destinada ao respeito à diversidade. Entretanto, para alcançar esse objetivo foi preciso atuar em suas frentes. A primeira consistiu em elaborar um conjunto de recomendações visando a orientação da revisão, formulação e implementação de políticas públicas e resultou na realização de uma pesquisa qualitativa sobre homofobia na comunidade escolar. A segunda resultou na criação de um material educativo, direcionado para gestores, educadores e estudantes; e propôs a capacitação de técnicos da educação e de representantes do movimento LGBT.

Aqui nos pautamos na segunda frente, que originou o ‘Kit de combate à homofobia’, material didático destinado a formação dos professores em geral, oferecendo subsídios para trabalharem a questão da sexualidade nas escolas. Entretanto esse material resultou num grande embate político, que será abordado na próxima seção.

ENTRE EMBATES POLÍTICOS: UMA PROPOSTA DE REEDUCAÇÃO ESCOLAR ATRAVÉS DO ‘KIT DE COMBATE À HOMOFOBIA’.

Devido aos elevados índices de violência contra homossexuais, o Governo Federal propôs o surgimento de programas de inclusão, tendo como finalidade minimizar as injustiças sociais. Como já ressaltado anteriormente, o campo educacional é um espaço em que o Governo Federal passa, a par-

tir dos anos 2000, a desenvolver estratégias para combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. No interior desse campo são criadas ações que têm como objetivo construir relações de respeito às diferenças, sendo que esta é fundamental para identificar a importância do combate à homofobia no Brasil atual.

Tendo em vista esses preceitos, evidenciou-se a necessidade da exploração e do convívio de aceitação aos homossexuais, na tentativa de desenvolver práticas que diminuam o processo de discriminação no universo do perímetro escolar. Assim nasceu o projeto *Educação sem Homofobia*. Como resultado do mesmo, foi criado o ‘Kit de combate à homofobia’, na tentativa de promover ações de combate ao preconceito, à discriminação e a violência referente ao tema no processo de formação de alunos e educadores, oferecendo subsídios para trabalhar o tema da homossexualidade em sala de aula.

O ‘Kit’, lançado em meio a intensas polêmicas nos primeiros meses do governo Dilma Rousseff (PT), foi delineado anteriormente no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), e atuaria como um instrumento didático-pedagógico visando à desconstrução de representações estereotipadas sobre lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ele contribuiria para alterar as formas de convívio social nas escolas, gerar reflexões críticas em torno das múltiplas sexualidades e estimular o respeito à diferença.

Esse material seria entregue inicialmente a alunos da 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental, além dos alunos do Ensino Médio, em seis mil escolas públicas a partir do segundo semestre de 2011. Ele também seria destinado aos profissionais da educação, tendo como proposta servir de suporte para a educação sexual nas escolas, na busca da promoção de ideias relativas à igualdade de direitos; no caso específico, o material produzido buscou trazer à tona discussões sobre grupos estigmatizados na sociedade.

Assim sendo, o material didático apontado como ‘Kit Gay’ seria uma embalagem composta por materiais com linguagens variadas:

- Caderno Escola Sem homofobia: Principal componente do ‘Kit’, pois articula com os demais materiais. Nele encontram-se sugestões de oficinas e conceitos teóricos de como trabalhar o tema da homofobia no espaço escolar, tendo em vista a eliminação da homofobia.

O QUE DIZ A CARTILHA

A importância de construir e partilhar conhecimentos é evidenciada nesse Caderno organizando os capítulos que trazem situações problematizadas relacionadas a sias e suas familiarizadas e propostas de dinâmicas para a discussão dos contextos externos visando subdar as práticas pedagógicas com um mundo de reflexões direcionadas a mudanças. Essas dinâmicas podem ser aplicadas à comunidade escolar e, especialmente, a alunos do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano) e do ensino médio.

O Caderno apresenta uma proposta conceitual e metodológica visando oferecer instrumentos pedagógicos para abordar temáticas relativas à orientação sexual e à identidade de gênero, fazendo a

Texto informando que o material do kit anti-homofobia deveria ser discutido com alunos do ensino fundamental e não só no médio



FIGURA 1: “O que diz a cartilha”. Disponível em:
<http://saudefloripa33pj.wordpress.com/2011/06/28/kit-anti-homofobia-era-para-criancas-de-11-anos/>
Acessado em: 20/06/2012.

- Boletins Escola Sem Homofobia (Boleshs): 6 boletins informativos destinados aos estudantes abordando o tema da sexualidade, diversidade sexual e homofobia a fim de que os alunos consigam detectar os mecanismos da discriminação e corrigir situações de agressão à comunidade LGBT.
- DVD's: Duas unidades – intituladas: Boneca na Mochila e Medo de quê? Responsáveis por promoverem a reflexão crítica sobre como a sociedade alimentam os preconceitos.
- Vídeos: Três histórias – *Torpedo, Encontrando Bianca, Probabilidade* – que acontecem em ambiente escolar.
- Cartaz e Carta: O primeiro tem a finalidade de divulgar o projeto para escola e comunidade e o segundo apresenta o ‘kit’ aos gestores e educadores.

O conteúdo foi elaborado com o intuito de suscitar a reflexão sobre o despertar da sexualidade entre jovens adolescentes. Nestes materiais, surgiam situações de homofobia e agressão a pessoas dos grupos LGBT, fato que propiciaria o debate sobre tal fenômeno.

Entendo que o ‘Kit Gay’ agiria como um bom instrumento para reafirmar a importância da inclusão de todos os alunos, propiciando assim o exercício da cidadania e da igualdade – propondo uma barreira à intolerância. Os profissionais da educação têm o dever de abordar questões diversas sobre a relação gênero/sexualidade nas salas de aula, mesmo sendo tais questões consideradas um ‘assunto tabu’ para muitos. Entretanto, ainda lidamos com profissionais

da educação, como professores, diretores de escola e pedagogos que não sabem lidar com a diversidade sexual de seus alunos; sendo assim, a falta de preparo de muitos educadores culmina na exclusão de metodologias que proponham a eliminação da homofobia e do preconceito. Faz-se necessário ressaltar que “professores, familiares, educadores e profissionais da saúde devem sempre ter em mente que nem todos os jovens e adultos com quem convivem são “naturalmente” heterossexuais”. (MOTT, 2003, p.65)

Contudo, o ‘Kit’ que deveria romper com preconceitos, na verdade veio a revelar alguns mais, visto que mesmo antes de ser lançado, o mesmo foi gerador de atrito na sociedade. A divulgação desse material didático provocou revolta em certos setores conservadores da sociedade brasileira que defendiam o seu veto – em especial a chamada ‘Bancada Evangélica’ da Câmara dos Deputados; segundo os integrantes desse grupo, o conteúdo abordado por esse material – principalmente as informações passadas pelos vídeos – incentivariam crianças e adolescentes à homossexualidade.

A oposição da Bancada Evangélica quanto a distribuição do ‘Kit’, fica evidenciado no discurso do então Deputado Federal Jair Messias Bolsonaro (PP-RJ) na Câmara dos Deputados, onde é possível notar assuntos de ordem ‘político-religiosas’ em defesa da família tradicional:

Atenção pais, os seus filhos vão receber ano que vem, na escola, um Kit. Esse Kit tem o título: ‘Combate à homofobia’, mas na verdade, é um estímulo a homossexualismo, é um incentivo a promiscuidade (...). Essa

história de homofobia é uma história de cobertura para aliciar a garotada e especialmente, o que eles acham que tem tendências homossexuais (...). Se um garoto tem um desvio de conduta, logo, este jovem tem que ser direcionado para o caminho certo, nem que seja com umas palmadas. Me acusem de ser violento, mas não sou promíscuo, não sou canalha com as famílias brasileiras. (KIT GAY NAS ESCOLAS, 2013)

Seu discurso, coerente com a bancada que representa, é ilustrativo de muitas ações da referida Bancada Evangélica que busca impedimento das políticas públicas de inclusão de determinadas minorias dentro do Congresso Nacional; tal bancada veta constantemente Planos, Programas e Projetos Leis que favorecem a comunidade LGBT.

Assim sendo, em maio de 2011, a presidente Dilma Rousseff suspendeu o ‘Kit anti-homofobia’ antes mesmo de consultar seu Ministro da Educação na época, Fernando Haddad (PT) – hoje prefeito de São Paulo. Como apontaram diversos meios de comunicação, essa decisão foi motivada devido à ameaça de parlamentares da bancada evangélica.

Na Carta Aberta do Grupo ECOS, encontra-se a resposta dada as ações tomadas pelo Governo Federal:

O veto ao projeto Escola sem Homofobia foi um dos maiores retrocessos do atual governo no campo dos direitos humanos e das políticas públicas no combate à discriminação e violência nas escolas. Não foi um golpe apenas contra a comunidade LGBT, mas também contra o Estado laico e toda a sociedade democrática. Nós, da ECOS – Comunicação em Sexualidade, tornamos pública a nossa indignação diante da atitude do Governo brasileiro, que destitui todo um debate realizado ao longo dos anos pela sociedade brasileira em torno do reconhecimento à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero. (CARTA ABERTA, 2013)

Entretanto, cabe aqui ser ressaltado que José Serra (PSDB) distribuiu um material semelhante ao ‘Kit anti-homofobia’ para as escolas paulistas em 2009, quando ainda era governador. Destinado a professores, esse material auxiliaria na discussão sobre a diversidade e homofobia e seu uso não seria obrigatório. Contudo, ao se olhar hoje para tal fato, chega a ser irônico a distribuição desse material – uma vez que atualmente Serra ataca o material proposto pelo MEC.

É perceptível que o ‘kit’ propicia um bom momento para o historiador refletir sobre o debate relativo à construção da cidadania a partir de grupos ainda marginalizados socialmente, uma vez que os direitos da comunidade LGBT seguem ainda não garantidos em sua plenitude.

Chauveau e Tétart (1999) apontam a importância da história do presente, ela permite que o historiador consiga problematizar questões de seu tempo, mas também assinalam as dificuldades que essa história aponta, visto que o distanciamento entre o pesquisador e o objeto é pouco. Cabe ao historiador do tempo presente e, mais que isso, do imediato, responder as questões que inquietam a sociedade, como é o caso do ‘Kit’, estando atento principalmente às intrigas políticas geradas em torno do mesmo.

VOZES FAVORÁVEIS X DESFAVORÁVEIS.

Como já discorrido, o ‘Kit’ foi amplamente discutido e contestado. Dentre muitas as vozes que questionaram esse material, aqui me atendo a algumas delas que considerei significativas, pois explicitaram claramente sua visão ou positiva ou negativa em relação ao material didático.

Por um lado, temos o MEC como principal aliado na luta pela distribuição do ‘Kit’; juntamente com ele, demais entidades também tiveram papel importante nessa batalha. Não foram poucas as instituições que se posicionaram favoravelmente a distribuição do ‘Kit’. Além daquelas que apoiaram o projeto Escola Sem Homofobia, outras instituições como as Nações Unidas e a resposta à AIDS no Brasil (UNIAIDS); Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO) e o Conselho Federal de Psicologia (CFP) também deram seu voto a favor do ‘Kit’. Todos esses órgãos acreditam que o material didático pode contribuir para minimizar/combater a violência nas escolas. Mesmo com as críticas recebidas em torno do material didático o MEC, juntamente com a Comissão de Direitos Humanos da Minoria (CDHM) e os movimentos sociais organizados, tentaram garantir o direito das minorias.

Por outro, temos as críticas ferrenhas da Bancada Evangélica, assumindo posturas totalmente contrárias à distribuição do ‘Kit’. Encontramos aqui duas vozes contestadoras, a do pastor Silas Malafaia e a do deputado Bolsonaro. O primeiro é considerado um dos maiores – senão o maior – crítico da comunidade homossexual e alega que a homossexualidade “é um comportamento” que pode ser mudado; ao argumentar sobre o ‘Kit’, o mesmo aponta que “ele ensina o homossexualismo”. O segundo se assume como porta-voz contra a circulação do material didático; para ele, a legalização de ações políticas que favoreçam homossexuais, juntamente com a distribuição do ‘Kit anti-homofobia’ acarretaria no abalo

à família considerada tradicional. Esse deputado começou a declarar contra a aprovação do ‘Kit Gay’ no segundo semestre de 2010, sendo que no primeiro semestre do ano seguinte o mesmo determinou a distribuir folhetos – de sua própria autoria – criticando o MEC pelo lançamento da cartilha contra homofobia nas escolas. O panfleto ‘anti gay’ consistia numa propaganda na qual utilizava-se o cartaz do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, porém o mesmo era referência ao “plano nacional da vergonha”, uma vez que tratava dos direitos dados à comunidade LGBT.

Vale lembrar também que no mesmo ano, o filho de Jair Bolsonaro, vereador Carlos Bolsonaro (PP), designa o Projeto Lei 1082/2011, que proíbe a divulgação de qualquer material didático com informações sobre diversidade sexual nas es-

colas do município do Rio de Janeiro.

São muitos os embates políticos travados em torno do ‘Kit’, o mais recente deles foi a eleição em março de 2013 do pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC) para a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM). Este fato gerou grande polêmica devido às declarações de Feliciano, classificadas como de cunho racista e homofóbico. A escolha de um deputado com tais comportamentos caracteriza um retrocesso nas políticas públicas para a garantia de um país que respeite o ser humano. Uma comissão que tem como intuito lutar contra o racismo, a homofobia, o machismo, e principalmente contra a intolerância religiosa, passa, com a eleição do paulista, a correr um sério risco de perder os avanços recentes conquistados pelos grupos historicamente discriminados pelo Estado.

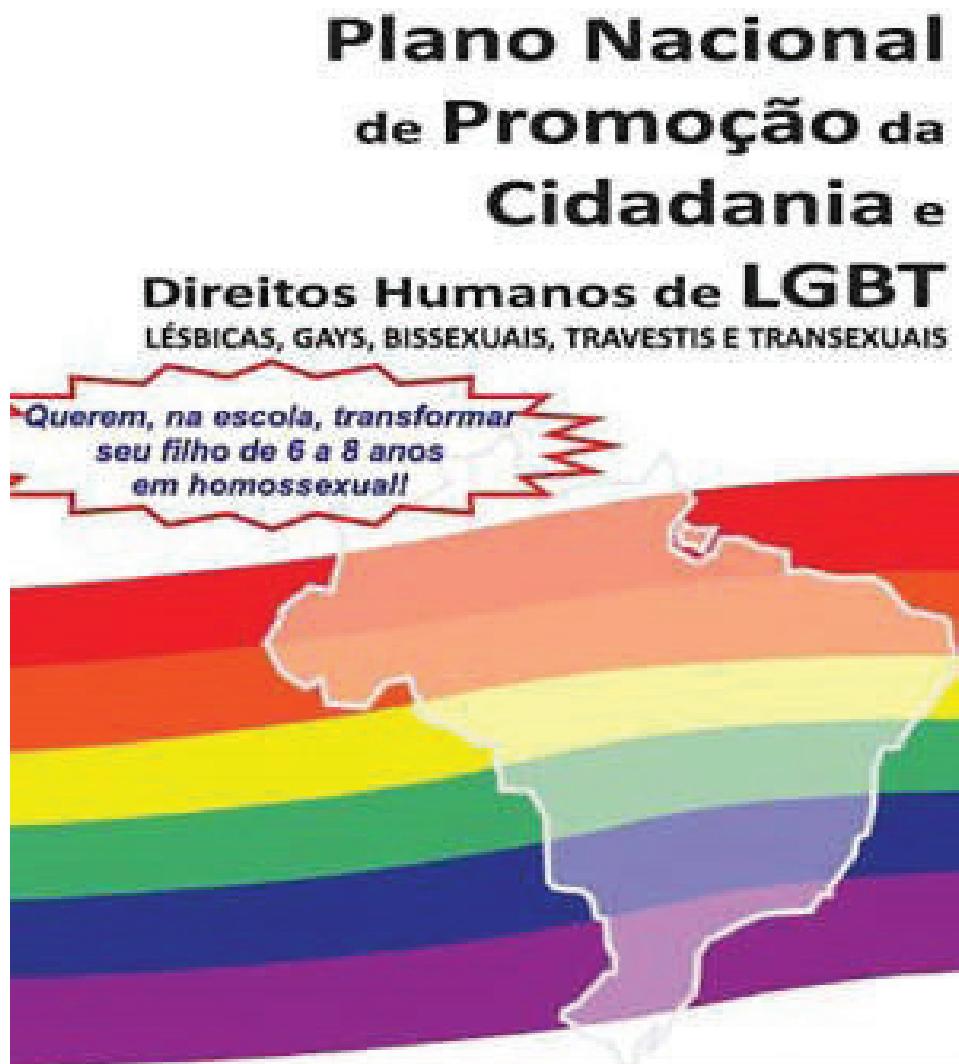


FIGURA 2: Panfleto “anti gay”: “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual!”. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/jair-bolsonaro-lanca-panfleto-contra-kits-anti-homofobia-que-vao-ser-distribuidos-pelo-mec-1786253.html>>. Acessado em: 15/08/2013.

Evidencia-se novamente, aqui, um descaso com o problema; se por um lado temos a busca por melhorias à comunidade LGBT, por outro encontramos grandes barreiras construídas que evitam esses avanços. Atualmente temos passado por um momento de grande ambivalência no cenário político ao vivenciar decisões contraditórias. Ao mesmo tempo em que todos os cartórios brasileiros são obrigados a realizar casamentos homoafetivos, ressurge questões até então adormecidas, como a proposta de ‘cura gay’.

Assim sendo, um longo caminho precisará a ser percorrido. Ao pensar em torno dos debates e das controvérsias sobre o ‘Kit’, nos propomos aqui a refletir sobre as polêmicas geradas pelo mesmo. “A liberdade de expressão, a efervescência do pensamento e a explosão da comunicação obrigam estar à escuta” (BARDIN, 2011, p. 11). Assim sendo, tendo em vista que os casos de homofobia, discriminação e violência contra gays é vastamente veiculado na mídia impressa, televisiva e da internet, nada melhor do que utilizar a imprensa para refletir sobre as embates travados ao redor do ‘kit’ em várias partes do território brasileiro. Segundo OLIVA (2011) “os mass media, refletem e projetam as representações recorrentes de um grupo sobre um determinado objeto ou assunto, ao mesmo tempo em que se confundem com o próprio imaginário coletivo, revelando os mecanismos de invenção da memória coletiva”.

POR UMA ANÁLISE MIDIÁTICA: A REPERCUSSÃO DO ‘KIT DE COMBATE À HOMOFOBIA’.

Tendo em vista os embates em torno do ‘Kit’ já citados e tendo consciência de que o debate em torno do mesmo ficou fortemente marcado nas mídias, segue uma análise dos principais jornais virtuais do país, a fim de esboçar os fatos gerados em torno do material didático. Assim, para atender nossa demanda de analisar a repercussão do ‘Kit’, investigamos os jornais virtuais mais acessados nas cinco regiões geográficas do Brasil, sendo eles: o Correio Brasiliense, o Diário Online do Pará, a Folha de Pernambuco, a Folha de São Paulo e Zero Hora. Eles foram pesquisados porque retratam um “espaço de disputas simbólicas”. (PONTES, 2012, p. 50)

Visto que todos os documentos seguem a mesma lógica, no caso, a divulgação de notícias referentes ao ‘Kit’, vamos aqui utilizar a análise de conteúdo, uma

técnica de investigação que implica em “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’. Aqui se faz referência aos discursos presentes nos jornais, mesmo sabendo que esse processo de análise nos obriga a ter uma percepção aguçada que nem sempre conseguimos obter. De tal modo, através dos jornais, tentamos demonstrar as reações interpretativas, visto que nem sempre a mensagem é aquilo que aparenta ser à primeira vista.

Entretanto, sabemos que não é possível esgotar o discurso. “O discurso não é um discurso acabado mas um momento num processo de elaboração, com tudo o que isso comporta de contradições, incoerências, de imperfeições. (BARDIN, 2011, p.218). À vista disso, vamos nos ater ao aspecto do discurso centrado na criminalização da diferença e nos embates políticos que permearam ao lançamento/suspensão do ‘Kit’, utilizando como estratégia de análise a regra da homogeneidade proposta por Bardin (2011), sendo que ela implica na definição de critérios de inclusão e exclusão dos documentos, buscando sempre um mesmo princípio de classificação, sendo que os dados devem referir-se ao mesmo tema.

Segundo esta regra:

Os documentos retidos devem ser homogêneos, isto é, devem obedecer a critérios precisos de escolha e não apresentar demasiada singularidade fora desses critérios (...). Esta regra é, sobretudo, utilizada quando se deseja obter resultados globais ou comparar entre si os resultados individuais. (BARDIN, 2011, p. 128)

Assim, optamos por reportagens que se enquadram no gênero informativo, visto que elas têm por objetivo informar os leitores ‘noticiando o que acontece’. Notamos que nos jornais o discurso se organiza em temas-eixo (BARDIN, 2011, p. 136). O tema-eixo é formado por três fatores: o autor, podendo ser analisado o material produzido pelo mesmo, no caso os artigos de imprensa; o acontecimento, ou seja, o relato, o registro contido nas matérias dos jornais; e o documento, o material como um todo. Essa tríade construída dispõe esforços para discutir o produto jornalístico. Assim sendo, na análise da imprensa, ou melhor, da mídia noticiosa, podemos nos ater a essas três dimensões; aqui vamos nos ater aos acontecimentos, analisando o produto – as matérias – fora do ambiente jornalístico, tornando-as um instrumento de interpretações.

Nossa análise pauta-se nas mensagens, ou seja, na comunicação. Através dos polos da análise, apoia-

mo-nos nos elementos das comunicações, isto é, as relações estabelecidas entre: o emissor ou produtor, no caso os jornais; o receptor: população/leitor e a mensagem (no nosso caso, o 'Kit'). Através desses polos, podemos apontar o resultado das comunicações.

Ao todo foram analisadas 53 matérias, como mostra a tabela a seguir:

JORNALIS	TABELA 1- QUANTIDADE DE MATÉRIAS PRODUZIDAS POR SEMESTRE					TOTAL
	1º Semestre 2011	2º Semestre 2011	1º Semestre 2012	2º Semestre 2012	1º Semestre 2013	
Correio Braziliense	9	---	2	---	---	11
Folha Online do Pará	3	2	3	---	---	8
Folha de Pernambuco	---	---	2	1	---	3
Folha de São Paulo	12	---	2	6	1	21
Zero Hora	8	2	---	---	---	10
Total	32	4	9	7	1	53

FIGURA 1: "O que diz a cartilha". Disponível em:
<http://saudefloripa33pj.wordpress.com/2011/06/28/kit-anti-homofobia-era-para-criancas-de-11-anos/>
 Acessado em: 20/06/2012.

Entendendo que o método da identificação das categorias, assim como aponta BARDIN (2011), é o mais indicado para classificar as mensagens, identificamos/criamos categorias referentes às colunas que demarcam os "Semestres" acima apontados.

A primeira coluna - 1º Semestre 2011 - é representada pela categoria apresentação e veto do 'Kit'; a segunda - 2º Semestre 2011 - corresponde à categoria dormência da decisão tomada pelo Governo Federal; a terceira - 1º Semestre 2012 - e quarta - 2º Semestre 2012 – refere-se à categoria eleições municipais; e a quinta - 1º Semestre de 2013 - corresponde a não-pauta.

a) Apresentação/veto do 'Kit':

As matérias aqui distribuídas correspondem às ações que levaram o Governo Federal a propor o 'Kit' e depois a suspendê-lo. Como já visualizado na tabela acima, nesse período foi produzida a maior quantidade de material jornalístico a respeito do tema.

Segue abaixo um gráfico que demonstra a porcentagem de matérias produzidas no 1º Semestre de 2011:

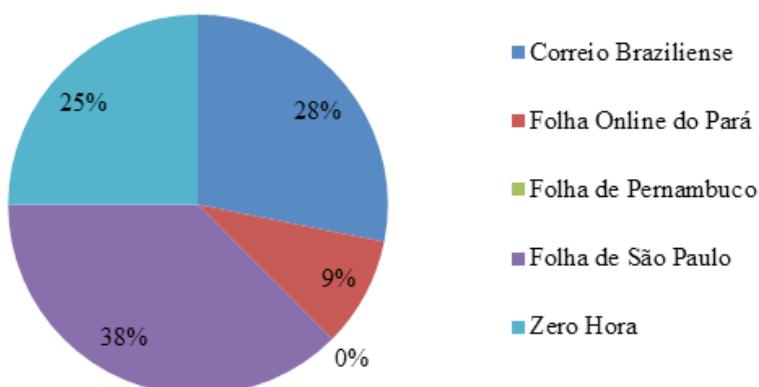


GRÁFICO 1- Matérias produzidas no 1º Semestre 2011. / Fonte: A autora.

Notamos que o maior produtor de matérias nesse período, como seria de se esperar, foi a Folha de São Paulo uma vez que é o maior veículo de comunicação, considerado um dos três mais influentes jornais do país; causou estranhamente o fato de que a Folha de Pernambuco, veículo de grande penetração no Nordeste, não chegou a noticiar a respeito do ‘Kit’; isso é indício de que o mesmo não constava na escolha editorial do jornal e nem das reuniões de pauta.

Nesse período, as notícias fizeram referências: à proposta de distribuição do ‘Kit’ e ao recuo do Governo Federal em suspender o material didático perante a pressão da bancada evangélica; às primeiras críticas do ‘Kit’ através do pastor Silas Malafaia e de Jair Bolsonaro; aos movimentos sociais que protestaram contra o Governo Federal ter vetado o ‘Kit’; à negociação por parte da AGLBT para que pelo menos parte do material fosse liberado; ao fato de que os vídeos do ‘Kit’ acabaram vazando, sendo inseridos na rede www.youtube.com; e também à proposta e ao debate de se refazer o ‘Kit’.

Compreendemos que as notícias aqui identificadas foram a faísca geradora dos debates que viriam futuramente, pautadas em discursos favoráveis e desfavoráveis em torno do ‘Kit’, assim como apontam as notícias a seguir:

Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual, afirma a publicação que é entregue em escolas e residências. O deputado Jair Bolsonaro discorda que sejam necessárias medidas para combater a homofobia ou a discriminação em escolas. “Você não tem que falar de gays e lésbicas em escola de primeiro grau. Estas crianças estão formando o seu caráter”, diz o deputado. (DIÁRIO ONLINE DO PARÁ, 11 mai. 2011)

A ABGLT divulgou nota considerando a suspensão do kit educativo do projeto Escola Sem Homofobia pela presidente Dilma Rousseff um “episódio infeliz” que configura “um retrocesso no combate a um problema --a discriminação e a violência homofóbica-- que macula a imagem do Brasil internacionalmente no que tange ao respeito aos direitos humanos”. A nota lembra que o Brasil é oficialmente um Estado laico desde 1890 e que esse “princípio básico do Estado republicano está sendo ameaçado pela chantagem praticada hoje contra o governo federal pela bancada religiosa fundamentalista e seus apoiadores no Congresso Nacional”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 25 mai. 2011).

b) Dormência:

Compreendo como período de dormência o 2º semestre de 2011, pois passado as primeiras polêmicas do surgimento e veto do ‘Kit’ acreditava-se que o mesmo não repercutiria mais após o sua suspensão.

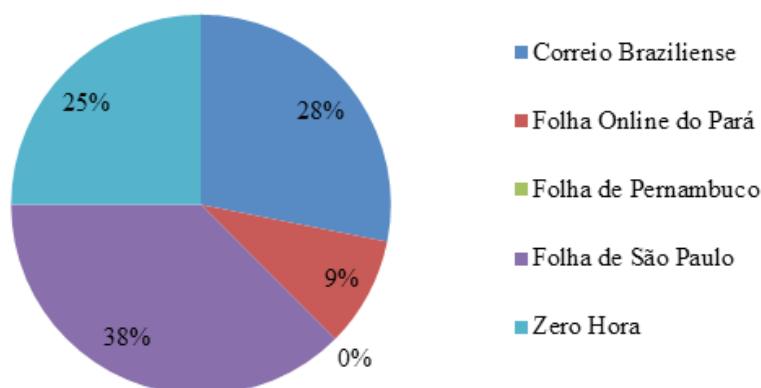


GRÁFICO 2 - Matérias produzidas no 2º Semestre 2011. / Fonte: A autora.

As matérias sobre o ‘Kit’ entraram num estado de dormência sendo registradas apenas 4 notícias, 2 no Rio Grande do Sul e 2 no Pará. Em todo caso, as matérias produzidas destacaram o índice de homofobia no Brasil, sinalizando que o país registra em média 3,4 denúncias de homofobia por dia; as outras matérias discorriam sobre o fato de que a bancada evangélica não iria se calar enquanto o ‘Kit’ não fosse “sucumbido”, além de atacar a sexualidade da presidente. Assim como apontam as notícias na sequência reproduzidas:

De acordo com os relatos, há queixas sobre violência física, sexual, psicológica e institucional, além de episódios envolvendo discriminação relacionada à opção sexual do indivíduo. Entre os estados que mais registraram queixas estão São Paulo (210), o Piauí (113), a Bahia e Minas Gerais (105 cada), e o Rio de Janeiro (96). Porém, de acordo com especialistas, a maioria dos governos – estaduais e municipais – não faz levantamentos sobre o número de crimes praticados contra homossexuais. (FOLHA ONLINE DO PARÁ, 2011).

O deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) criou nova polêmica na Câmara dos Deputados ao questionar a sexualidade da presidente Dilma Rousseff em discurso no plenário. O parlamentar destacou que, em audiência na Câmara, representantes do Ministério da Educação teriam discutido a inclusão do combate à homofobia nos currículos escolares. Bolsonaro lembrou que a presidente Dilma tinha ordenado a não distribuição nas escolas de material relativo ao combate à homofobia, chamado de kit gay pelo deputado do PP e outros parlamentares evangélicos. (...) O kit gay não foi sepultado ainda. Dilma Rousseff, pare de mentir. Se gosta de homossexual, assume. (ZERO HORA, 24 nov. 2011).

Entretanto, por mais que poucas matérias tenham produzidas no período, isso não quer dizer que os jornais que não noticiaram o fato acreditaram que o mesmo não seria mais repercutido; a proposta do ‘Kit’ estava apenas num estado de ‘dormência’, cremos. Os debates e as controvérsias estavam próximos de uma nova explosão de matérias à medida que o contexto político se aproximava de um novo pleito eleitoral.

c) Eleições:

Durante o ano de 2012, o ‘Kit’ ressurge como símbolo de um espaço de disputas políticas. Por um lado, temos a comunidade LGBT pressionando o Governo Federal na busca por resposta sobre o ‘Kit’; por outro, evidencia-se a reprodução do debate pro/contra ‘Kit’ nas eleições para Prefeitura de São Paulo no embate político travado entre José

Serra e Fernando Haddad na disputa pelo cargo.

Esse embate deu-se início com os ataques pessoais dos candidatos, sendo que o ‘Kit’ foi resgatado para dificultar a eleição de Haddad. Demonstradas nas reportagens abaixo:

É um ataque pessoal. Ele (Serra) sempre distorce a informação, eu não vou mais comentar. Eu já estou cansado desse tipo de ataque, afirmou o petista. Questionado sobre a possibilidade de produzir kit semelhante em caso de vitória sua, Haddad disse que já existe um material. A prefeitura tem um material. Tanto a prefeitura quanto o Estado têm materiais. É constitucional. (CORREIO BRAZILIENSE, 15 out. 2012).

Quem pergunta sobre isso o tempo inteiro é a imprensa. Eu não tenho nenhum problema com essa questão. Foi feito um trabalho que vem desde 1996. Nunca houve problema, nunca houve contestação. O nosso material foi feito para professores, não aquela brincadeira que ele [Haddad] patrocinou. (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 out. 2012).

Como as matérias ilustram, nesse período o ‘Kit’, foi utilizado como instrumento político para que José Serra, apoiado pela bancada evangélica, conseguisse difamar o candidato por seu apoio aos grupos LGBT, visto que o petista era Ministro da Educação quando o ‘Kit’ foi planejado; porém, o tucano não obteve sucesso.

Assim como mostra o gráfico acima, a Folha de São Paulo continuou a ser o maior produtor de matérias a respeito do ‘Kit’. Claro, a polêmica Serra/Haddad foi pela prefeitura da cidade onde a Folha de São Paulo possui sua sede. Em comparação com o gráfico anterior, os demais jornais, exceto o jornal Zero Hora, também voltaram a produzir material referente ao ‘Kit’, visto que a disputa política foi responsável por trazer de volta todo o histórico em torno do mesmo.

d) Não-pauta:

Considero como não-pauta a ausência de fatos novos sobre o ‘Kit’. Assim como aponta a tabela, apenas uma única matéria foi produzida nesse ano, lançada pela Folha de São Paulo. Por sua vez, essa matéria é significativa em termos políticos, pois diz respeito à reconstrução do elo entre a Presidente Dilma Rousseff com os movimentos sociais, principalmente com o movimento LGBT, mesmo estes descontentes com a suspensão do ‘Kit’.

Dessa forma, no rescaldo pós-eleitoral, no apaziguamento entre os grupos LGBT com a pre-

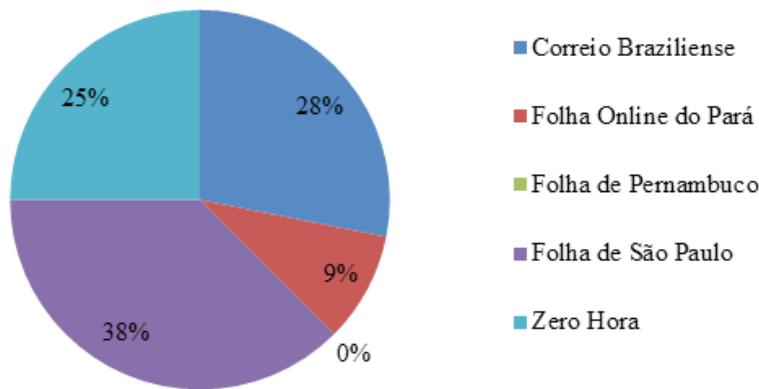


GRÁFICO 3 - Matérias produzidas no 1º Semestre 2012. / Fonte: A autora.

sidente, é possível sugerir que após o período das eleições não houve mais necessidade em explorar o assunto ‘Kit’. Portanto, ele novamente foi silenciado, saiu de cena à medida que diminuíram as intrigas políticas; a discussão sobre o material didático foi um recurso utilizado apenas para gerar novamente atrito em meio político. Também é possível sugerir que houve acomodamento por parte do movimento LGBT em propor e divulgar para a mídia novas alternativas para que o ‘Kit’ seja refeito.

ALGUMAS OBSERVAÇÕES.

As questões que acabamos de levantar constituem uma interpretação a partir de nossa classificação de categorias de temas que emergiram nos jornais ao redor do ‘Kit de combate à homofobia’. Notamos que nos jornais analisados muitas das matérias publicadas são informações de segunda mão, ou seja, “aqueles produzidas por terceiros e reproduzidas pelos autores do texto” (PONTES & SILVA, 2012, p. 73). As matérias vêm do trabalho de agência feito por alguns veículos de comunicação; no caso, o veículo mais utilizado foi a Agência Brasil²⁸, esta que comercializa textos e fotografias para todo o Brasil.

Também podemos detectar que, um dos motivos da Folha de São Paulo ter sido o maior produtor de reportagens a respeito do ‘Kit’, “origina da capacidade técnica e financeira do jornal” (PONTES & SILVA, 2012, p. 57), visto que este jornal possui correspondentes nos principais centros regionais do Brasil, em vista disso ele se torna um dos produtos jornalísticos de maior expressão nacional, cobrindo

esferas de decisão do país localizadas no eixo São Paulo – Rio de Janeiro – Brasília.

Outra consideração é apontada devido à hierarquia das informações, dando ênfase ao político. Notamos que grande parte das reportagens analisadas fazem parte da editoria Poder-Política, pautando-se consequentemente, nos discursos favoráveis e desfavoráveis sobre o ‘Kit’. Evidencia-se assim, que o mesmo, só teve grande repercussão devido às intrigas políticas, caso elas não existissem ou cessassem o ‘Kit’ provavelmente teria parado de ser repercutido ainda no final de 2011.

Através desses jornais, conseguimos complementar aquilo que já foi dito, a reprodução das notícias dão-se por um lado a informar e por outro induzir. Entretanto, temos que tem em vista que:

A impressão inicial que o texto ali expresso é neutro precisa ser revisada diante da consciência de que todo o processo de destaque e hierarquização das notícias pressupõe um modo de definir o que deve ser visto e o que não deve (PONTES & SILVA, 2012, p.68).

Ora, a análise das comunicações em massa nos permite fazer alguns apontamentos:

a- Os jornais não abrem espaço para a discussão. Dessa forma, o leitor aceita o que lê sem questionamentos.

b- O leitor não consegue, através das matérias, pensar criticamente; por sua vez, as polêmicas não esclarecidas e, dependendo da matéria o leitor pode vir a acreditar que o ‘Kit’ – propicia que a homossexualidade vai ser ensinada na escola e não a homofobia combatida naquele espaço.

²⁸ Agência de notícias do Governo Federal. Ela faz parte da *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC), que engloba todos os órgãos de comunicação pública do Governo. Qualquer veículo de comunicação pode utilizar suas matérias desde que sejam dados os créditos.

Ao utilizar produtos noticiosos como objeto de estudo, tendo como enfoque o ‘Kit de combate à homofobia’ conseguimos identificar a dificuldade de se promover a cidadania LGBT. Embora o conflito entre aqueles que apoiam e aqueles que se posicionam contra o “Kit de Combate à Homofobia nas Escolas” esteja – de certa forma – adormecido, isso não quer dizer que ele foi cessado.

Contudo, a diminuição de reportagens a respeito do mesmo indica que o mesmo não será tão logo colocado em prática - seja o ‘Kit antigo’ ou o ‘Kit refeito’. Para que isso não ocorra é preciso que entidades e o próprio movimento LGBT continuem questionando o governo para conseguir respostas concretas sobre o ‘Kit’ que ainda não foi dado a debater no interior das escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Acredito que um dos grandes riscos de se trabalhar com a história do tempo presente, ou melhor, do imediato, é não saber o que está por vir. São muitos os caminhos que o acontecimento aqui trabalhado pode seguir.

Neste trabalho, objetivamos, através da história do imediato, trazer à tona o debate sobre a construção da cidadania LGBT como importante tema para reflexão em nosso tempo. A importância de se trabalhar com temática gay, – cada dia mais relevante no interior da academia em suas discussões de gênero e, infelizmente, vista por certos grupos do Congresso Nacional como imoralidade – é ter a possibilidade de divulgar as raízes do preconceito em nossa sociedade.

Ao abordar as controvérsias e os debates recentes sobre a cidadania LGBT no Brasil, tendo em vista o ‘Kit de combate à homofobia’, conseguimos perceber que em meio a tantos discursos produzidos acerca da homossexualidade ao longo dos anos, o movimento homossexual conseguiu grandes conquistas. Porém, ainda há muito a ser feito; os preconceitos ainda são frequentes, muitos são discriminados por sua orientação sexual e/ou identidade de gênero. A polêmica, portanto, não é ruim em si; pelo contrário, ela traz visibilidade para assuntos que devem ser enfrentados no campo da política pública; ruim, neste caso, foi o fato de que o ‘Kit’ foi rapidamente silenciado, o que revela o poder da Bancada Evangélica em conseguir vetar planos e programas que favorecem a comunidade LGBT.

Embora o movimento LGBT tenha alcançado vitórias consideráveis, estigma e discriminação seguem como fatos não superados e o ‘Kit’ é um exemplo disso. Ainda se faz necessário minimizar o impacto causado pelos mesmos. É preciso discutir para combater os vetores que reforçam a exclusão e questionar os arcabouços da igualdade e desigualdade. Sendo assim, a discriminação se torna uma violação à cidadania. É preciso concretizar uma legislação para impedir e proibir o exercício da discriminação, visto que já passou da hora de adotar estratégias para a desconstrução de crenças culturais enraizadas.

Conseguimos, nessa pesquisa, identificar que somente no início do século XXI, o Governo Federal apresentou propostas de combate à homofobia. A demora do poder público em construir ações que visem à desconstrução da heterossexualidade enquanto uma ordem natural indica que há uma tendência a reproduzir a discriminação contra os homossexuais.

A primeira conclusão a que chegamos diz respeito à dificuldade de se promover a cidadania LGBT no ambiente escolar. Se comparado com outros grupos, como os afrodescendentes, por exemplo, que obtiveram avanços significativos no que diz respeito à desconstrução do racismo e da discriminação, via material didático, os grupos LGBT seguem, por sua vez, sem espaço e sem voz no interior da escola. Isso, cremos, está vinculado ao fato de que os argumentos contrários ao ‘Kit’ sempre ‘descambam’ num discurso de proteção dos valores familiares. Nesse caso, os conservadores não aceitaram (e não aceitam) a ‘naturalidade’ com que o ‘Kit’ explicitou a possibilidade de relacionamentos homoafetivos no interior da escola.

Assim, percebemos também, que o ‘Kit de combate à homofobia’ tornou-se um objeto negligenciado e o pensamento conservador prevaleceu sobre o avanço da cidadania LGBT. Ao negar a utilização do ‘Kit’ nas escolas, perdeu-se a oportunidade e o compromisso de tentar desconstruir a prática do preconceito, condenando novamente as práticas sexuais alternativas à heterossexualidade a viverem na invisibilidade. Ao não aceitar uma sexualidade que seja diferente daquela historicamente definida como natural e normal, a sociedade segue em uma cultura excluente. Se a escola continua como depositária de preconceitos construídos historicamente cremos, no entanto, que tentativas de educação sexual neste espaço público são fundamentais para o início

da desconstrução desses preconceitos. É importante, então, refletir sobre a condição da escola e de sua relação com as políticas sociais que pretendem promover a inclusão da diversidade sexual.

As respostas contrárias ao ‘Kit’ apontaram, às vezes explicitamente, às vezes nem tanto, a homossexualidade como um desvio de conduta. Assim, o estigma ainda se faz presente, é forte, e, uma vez culturalmente construído, tem impacto nas relações de poder – influenciando decisões governamentais que discriminam o grupo social LGBT.

A segunda conclusão é antagônica à primeira. Se por um lado houve estigma, preconceito e discriminação aos grupos LGBT em virtude do ‘Kit’, por outro lado foi possível verificar esses grupos, mesmo diante dessa derrota, continuaram a se posicionar pela valorização de sua orientação sexual e identidade de gênero. Portanto, as polêmicas, de certa forma, propiciaram momentos positivos de visibilidade, na mídia, sobre questões relacionadas à cidadania LGBT.

Nesta pesquisa, não encerramos as discussões, aqui fizemos uma pré-análise, com alguns apontamentos. Trabalharemos de modo aprofundado futuramente. Espero que os questionamentos e as análises feitas nesta pesquisa possam contribuir para a discussão da cidadania LGBT, a fim de obter como resultado o alcance da expansão do conhecimento, que servirá para a contribuição e obtenção de novos olhares e perspectivas, envolvendo pesquisadores e o público em geral a perceber a questão da homofobia.

Vejo que a história do movimento homossexual pode ser resumida, numa frase: “Essa é, assim, uma história que se processa combinando mudanças e persistências, criatividades e reposição de problemas, desafios e lutas, modernidade com atraso, inclusão com exclusão” (BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz, 2011, p.15).

FONTES

Correio Brasiliense:

Ala do PT pressiona Dilma por liberação de material contra a homofobia. **Correio Brasiliense**. 30/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/30/interna_politica,230839/ala-do-pt-pressiona-dilma-por-liberacao-de-material-contra-a-homofobia.shtml>.

shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Associação LGBT se manifesta contrária a suspensão de kit contra homofobia. **Correio Brasiliense**. 25/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/05/27/interna_brasildf,251532/associação-lgbt-se-manifesta-contrari-a-a-suspensão-de-kit-contra-homofobia-.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Deputado Jair Bolsonaro confecciona panfletos antigay com dinheiro público. **Correio Brasiliense**. 12/05/2012. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/05/12/interna_cidadesdf,251812/deputado-jair-bolsonaro-confecciona-panfletos-antigay-com-dinheiro-publico.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Íntegra da carta aberta à presidente Dilma Rousseff. **Correio Brasiliense**. 30/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/30/interna_politica,230389/integra-da-carta-aberta-a-presidente-dilma-rousseff.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Kit contra a homofobia só será aprovado com o aval do Planalto. **Correio Brasiliense**. 27/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2011/05/27/interna_brasildf,251512/kit-contra-a-homofobia-so-sera-aprovado-com-o-aval-do-planalto-.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Mercadante diz que kits contra homofobia não resolvem o problema. **Correio Brasiliense**. 14/03/2012. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/03/14/interna_brasil,293310/mercadante-diz-que-kits-contra-ho-mofobia-nao-resolvem-o-problema.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Passeata em praia carioca condena suspensão do kit anti-homofobia. **Correio Brasiliense**. 29/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/29/interna_politica,209679/passeata-em-praia-carioca-condena-suspensão-do-kit-anti-homofobia.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Pressionada pela bancada religiosa, Dilma suspende a produção do Kit Gay. **Correio Brasiliense**.

26/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/26/interna_politica,209389/pressionada-pela-bancada-religiosa-dilma-suspende-a-producao-do-kit-gay.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Suspensão de kit contra homofobia é “passo atrás”, afirma socióloga. **Correio Braziliense**. 25/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/25/interna_politica,257679/suspensao-de-kitcontra-homo-fobia-e-pass-atras-afirma-sociologa.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Uso de materiais de combate à homofobia em escolas deve ser votado no Rio. **Correio Braziliense**. 27/03/2012. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/brasil/2012/03/27/interna_brasil,295151/uso-de-materiais-de-combate-a-homofobia-em-escolas-deve-ser-votado-no-rio.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Vídeos que poderiam ser usados no ‘kit anti-homofobia’ do MEC estão na rede. **Correio Braziliense**. 25/05/2011. Disponível em: <http://www.correio-braziliense.com.br/app/noticia/politica/2011/05/25/interna_politica,257654/videos-que-poderiam-ser-usados-no-kit-anti-homofobia-do-mec-estao-na-rede.shtml>. Acessado em: 01 mai. 2013.

Folha Online do Pará:

Bolsonaro ataca políticas contra a homofobia. **Folha Online do Pará**. 11/05/2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-147433-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Bolsonaro questiona se Dilma é homossexual. **Folha Online do Pará**. 24/11/2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-176634-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Brasil registra 3,4 denúncias de homofobia por dia. **Folha Online do Pará**. 17/05/2012. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-201465-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Dilma suspende produção de ‘kit homofobia’. **Folha Online do Pará**. 25/05/2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-149618-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Fernando Haddad critica ataques de adversários. **Folha Online do Pará**. 24/03/2012. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-193855-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Marta Suplicy vê retrocesso no combate à homofobia. **Folha Online do Pará**. 10/06/2012. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-205119-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

MEC vai distribuir seis mil kits ‘anti-homofobia’. **Folha Online do Pará**. 06/02/2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-133644-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Sessão discute combate à homofobia. **Folha Online do Pará**. 30/08/2011. Disponível em: <<http://www.diarioonline.com.br/noticia-164435-.html>>. Acessado em: 16 mai. 2013.

Folha de Pernambuco:

Brasil registra média de 3,4 denúncias diárias de violência contra homossexuais. **Folha de Pernambuco**. 17/05/2012. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/cms/open_cms/folhape/pt/geral/brasil/arquivos/2011/outubro/1173.html>. Acessado em: 03 jun. 2013.

Grupo do PT cobra proposta a Haddad. **Folha de Pernambuco**. 24/05/2012. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/cms/open_cms/folhape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2011_2/Maio/24_05_2012/0065.html>. Acessado em: 03 jun. 2013.

Haddad diz que Serra distorce as informações. **Folha de Pernambuco**. 15/10/2012. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/cms/open_cms/folhape/pt/edicaoimpressa/arquivos/2012/10/15_10_2012/0089.html>. Acessado em: 03 jun. 2013.

Folha de São Paulo:

Bancada evangélica diz que não vota ‘nada’ até esclarecer ‘kit gay’. **Folha de São Paulo**. 17/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/917220-bancada-evangelica-diz-que-nao-vota-nada-ate-esclarecer-kit-gay.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Dilma diz que governo não fará ‘propaganda de opções sexuais’. **Folha de São Paulo.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/921243-dilma-diz-que-governo-nao-fara-propaganda-de-opcoes-sexuais.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Dilma tenta reconstruir elo com os movimentos sociais. **Folha de São Paulo.** 08/07/2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1307809-dilma-tenta-reconstruir-elo-com-os-movimentos-sociais.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Governo estuda ampliar enfoque e criar kit anti-preconceito. **Folha de São Paulo.** 31/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/923306-governo-estuda-ampliar-enfoque-e-criar-kit-anti-preconceito.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Haddad diz que kit anti-homofobia será refeito. **Folha de São Paulo.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/921318-haddad-diz-que-kit-anti-homofobia-sera-refeito.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Haddad diz que rivais usarão ‘intolerância’ contra PT em SP. **Folha de São Paulo.** 24/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1066792-haddad-diz-que-rivais-usarao-intolerancia-contra-pt-em-sp.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Haddad diz que Serra faz ataque pessoal quando critica ‘kit gay’. **Folha de São Paulo.** 14/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1169086-haddad-diz-que-serra-faz-ataque-pessoal-quando-critica-kit-gay.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Jean Wyllys pede que comunidade gay não vote mais em Dilma. **Folha de São Paulo.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920790-jean-wylls-pede-que-comunidade-gay-nao-vote-mais-em-dilma.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

‘Kit gay’ era optativo e só para escolas que lidavam com bullying. **Folha de São Paulo.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920763-kit-gay-era-optativo-e-so-para-escolas-que-lidavam-com-bullying.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

poder/920763-kit-gay-era-optativo-e-so-para-escolas-que-lidavam-com-bullying.shtml>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Lula é especialista em ataques pessoais, diz Serra. **Folha de São Paulo.** 17/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1170892-lula-e-especialista-em-ataques-pessoais-diz-serra.shtml>>. Acessado em 25 jun. 2013.

Ministro é cauteloso ao tratar de kit anti-homofobia nas escolas. **Folha de São Paulo.** 14/03/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/saber/1061754-ministro-e-cauteloso-ao-tratar-de-kit-anti-homofobia-nas-escolas.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

No Twitter, secretária do MEC critica veto ao ‘kit-gay’. **Folha de São Paulo.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920736-no-twitter-secretaria-do-mec-crita-veto-ao-kit-gay.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Organizações negociam liberação de parte do kit anti-homofobia. **Folha de São Paulo.** 27/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/922155-organizacoes-negociam-liberacao-de-parte-do-kit-anti-homofobia.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Para entidade gay, Estado laico está ameaçado. **Folha de São Paulo.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/920941-para-entidade-gay-estado-laico-esta-ameacado.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Para estudiosos, vídeos do ‘kit gay’ mostram menos que novelas. **Folha de São Paulo.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/921028-para-estudiosos-videos-do-kit-gay-mostram-menos-que-novelas.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Pastor Malafaia volta a atacar petista por ‘kit gay’. **Folha de São Paulo.** 12/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1168247-pastor-malafaia-volta-a-atacar-petista-por-kit-gay.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Presidente de entidade gay diz que Dilma pode ter

visto kit falso. **Folha de São Paulo.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/921005-presidente-de-entidade-gay-diz-que-dilma-pode-ter-visto-kit-falso.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Serra distribuiu material similar ao ‘kit anti-homofobia’ do MEC em SP. **Folha de São Paulo.** 15/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1169328-serra-distribuiu-material-similar-ao-kit-anti-homofobia-do-mec-em-sp.shtml>>. Acessado em 25 jun. 2013.

Serra nega ter omitido distribuição de cartilha anti-homofobia em SP. **Folha de São Paulo.** 16/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1170079-serra-nega-ter-omitido-distribuicao-de-cartilha-anti-homofobia-em-sp.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

TCU analisa se houve desperdício com kit anti-homofobia. **Folha de São Paulo.** 01/06/2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/924062-tcu-analisa-se-houve-desperdicio-com-kit-anti-homofobia.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Vera Magalhães: ‘Kit gay’ será em 2012 o aborto de 2010. **Folha de São Paulo.** 10/10/2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/1166901-vera-magalhaes-kit-gay-sera-em-2012-o-aborto-de-2010.shtml>>. Acessado em: 25 jun. 2013.

Zero Hora:

Após pressão de religiosos, Dilma suspende produção de kit anti-homofobia. **Zero Hora.** 25/05/2011. Disponível em: <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011_05/apos-pressao-de-religiosos-dilma-suspende-producao-de-kit-anti-homofo-bia3323528.htm>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Governo não deve fazer “propaganda de opções sexuais”, afirma Dilma. **Zero Hora.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/governo-nao-deve-fazer-propaganda-de-opcoes-sexuais-afirma-dilma-3325005.html>>. Acesso em: 08 ago. 2013.

Haddad nega que ‘kit gay’ seja do MEC. **Zero Hora.**

18/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2011/05/haddad-nega-que-kit-gay-sej-a-do-mec-3315206.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Kit anti-homofobia poderá ser refeito, diz ministro da Educação. **Zero Hora.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/kit-anti-homofobia-podera-ser-refeito-diz-ministro-da-educacao-3325116.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Mural: maior parte dos leitores não aprova vídeos do kit anti-homofobia. **Zero Hora.** 19/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/mural-maior-parte-dos-leitores-nao-aprova-videos-do-kit-anti-homofobia-3317278.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Pesquisa mostra que escolaridade impacta no nível de preconceito contra homossexuais. **Zero Hora.** 26/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/pesquisa-mostra-que-escolaridade-impacta-no-nivel-de-preconceito-contra-homossexuais-3324749.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Projeto de lei quer barrar entrada do Kit anti-homofobia em Cruz Alta. **Zero Hora.** 25/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/projeto-de-lei-quer-barrar-entrada-do-kit-anti-homofobia-em-cruz-alta-3324275.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Se o presidente fosse um homem, Bolsonaro não teria tal ousadia, diz Ana Amélia. **Zero Hora.** 28/11/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/politica/noticia/2011/11/se-o-presidente-fosse-um-homem-bolsonaro-nao-teria-tal-ousadia-diz-ana-amelia-3577139.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

“Se o teu negócio é amor com homossexual, assuma”, diz deputado Bolsonaro a Dilma. **Zero Hora.** 24/11/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/noticia/2011/11/se-o-teu-negocio-e-amor-com-homossexual-assuma-diz-deputado-bolsonaro-a-dilma-3573012.html>>. Acessado em: 08 ago. 2013.

Suspensão de kit contra homofobia ameaça condi-

ção de Estado laico do Brasil, diz associação. **Zero Hora**. 25/05/2011. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/geral/noticia/2011/05/suspensao-de-kit-contra-homofobia-ameaca-condicao-de-estad-o-laico-do-brasil-diz-associacao-3324133.html>>. Acessado em 08 ago. 2013.

Referências Bibliográficas

A Ditadura Militar Parte I. Disponível em: <<http://port.pravda.ru/cplp/brasil/23-03-2009/26486-ditduramilitarum-3/>>. Acessado em 07 jul. 2013.

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventude e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.

Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/homofobia.php>>. Acessado em: 21 set. 2013.

BARANOSKI, Maria Cristina Rauch. **A adoção em relações homoafetivas**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs). **Cidadania um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. 1^aed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro, ed. Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 03 jul. 2013.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 05 jul. 2013.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. Ministério da Saúde. Brasil sem homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e Promoção da Cidadania Homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Plano Nacional de Promoção da Ci-

dadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/plano_lgbt.pdf>. Acessado em: 24 jul. 2012.

Carta de Princípios da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/port/cartaprinc.php>>. Acessado em 19/09/2013.

Comissão Especial da Diversidade Sexual. Disponível em: <<http://www.direito.homoafetivo.com.br/uploads/5.2.%20Exposi%7E7%E3o%20de%20motivos.pdf>>. Acessado em: 13 ago. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 13^a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia:** Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/homofobia/plano_lgbt.pdf](#)>. Acessado em: 06 mai. 2012.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

CHAVES JR, Wander Wilson. **Geração Beat: uma arte de amigos**. Ponto e vírgula, n. 12, p. 219-238, 2013. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/12750/12317>>. Acesso em: 30 set. 2013.

FACCHINI, Regina. **Movimento homossexual no Brasil: Recompondo um histórico**. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: <http://wwwael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/73/75>. Acessado em: 21 jun. 2013.

FOLHA ONLINE. Conheça os avanços da legislação sobre casais gays no mundo. **Folha de São Paulo**. 12/05/2007. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u107287.shtml>>. Acessado em 02 set. 2013.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GREEN, James N. **A luta pela igualdade: Desejos,**

homossexualidade e a esquerda na América Latina. Cad. AEL, v.10, n.18/19, 2003. Disponível em: http://wwwael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/71/73. Acessado em: 29 ago. 2013.

GRIGOLETO, Juliane Mayer. Políticas públicas para homossexuais. Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/I.JulianeGrigoleto.pdf>>. Acessado em 19 jun. 2012.

GUIMARÃES, Felipe Flávio Fonseca. Contracultura nos Estados Unidos e contracultura no Brasil: Um estudo comparado. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=7973&Itemid=76>. Acessado em: 21 set. 2013.

MARQUES, Maria Cristina da Costa. Saúde e poder: A emergência política da Aids/HIV no Brasil; História, Ciências, Saúde. Manguinhos, vol. 9 (suplemento): p. 41-65, 2002.

MARSHALL, T. H. Cidadania, Classe Social e Status. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MOTT, Luiz. Homossexualidade: mitos e verdades. Salvador: Ed. Grupo Gay da Bahia, 2003.

Nota Oficial sobre o Projeto Escola Sem Homofobia. Disponível em: <<http://www.inclusive.org.br/?p=18368>>. Acessado em: 11 set. 2012

O que é cidadania. Disponível em: <http://dh-net.org.br/direitos/sos/textos/oque_e_cidadania.html>. Acesso em: 26 jun. 2013.

O que são ações afirmativas? Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/index.php?option=com_k2&view=item&layout=item&id=1&Itemid=217>. Acessado em: 22 set. 2013.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A imprensa como fonte. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-imprensa-como-fonte>. Acessado em: 01 set. 2013.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O Impacto da AIDS, a afirmação da “Cultura Gay” e a emergência do debate em Torno do “Masculino” – fim da homossexualidade? In: Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. RIOS, Luís F; ALMEIDA, Vagner de; PARKER, Richard, PIMENTA, Cristina; TERTO JR, Veriano (Orgs). Rio de Janeiro: ABIA, 2004.

PONTES, Felipe Simão; SILVA, Gislene. Mídia noticiosa como material de pesquisa: Recursos para o estudo de produtos jornalísticos. IN: BOURGUIGNON, Jussara Ayres; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro (Orgs). Pesquisa em Ciências Sociais: Interfaces, Debates e Metodologias. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2012.

ZANATTA, Elaine Marques. Documento e identidade: O movimento homossexual no Brasil na década de 80. Cadernos AEL, n. 5/6, 1996/1997. Disponível em: <http://wwwael.ifch.unicamp.br/publicacoes_ael/index.php/cadernos_ael/article/viewFile/127/134>. Acessado em: 19 set. 2013.